

YANOMAMI: A TODOS OS POVOS DA TERRA

AÇÃO PELA CIDADANIA
1 9 9 0



Catrimani — Claudia Andujar — 1974

"No começo, quando não tinha branco, não tinha avião, era só Yanomami. E chegou o tempo em que o deus do branco fez o *Nabé* (forasteiro). O nosso deus, *Omamê*, morava com os Yanomami, ensinava eles. Quando mudou o tempo, apareceu o *Nabé*, começou a voar avião, a andar barco no rio. Até essa época, ninguém sofria com doenças, os Yanomami viviam muito bem, tinha muita alimentação, as crianças não sofriam como hoje. Os Yanomami começaram a ficar tristes (doentes) e *Omamê* foi embora".

Ivanildo Wawanaweytheri Yanomami



“*Omamê* colocou os minérios embaixo da Terra porque lá é frio. Aí vem o garimpeiro e tira o minério, a tantalita para cima. E com o ar quente ela espalha um veneno que causa muitas doenças. Eles não sabem que estão espalhando veneno para o mundo. E o mundo vai acabar, vai morrer”.

Davi Kopenawa Yanomami

AÇÃO PELA CIDADANIA, O QUE É?

A *Ação pela Cidadania* surgiu na cidade de São Paulo, no início do ano de 1989, tendo como objetivo fundamental a defesa dos direitos inerentes à cidadania, mediante a mobilização da sociedade civil para o cumprimento da lei.

É, portanto, um movimento que transcende os interesses partidários ou de grupos. Foi lançado no dia 3 de janeiro, em sessão celebrada no auditório da Seccional paulista da OAB, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (dom Luciano Mendes de Almeida, presidente), da Ordem dos Advogados do Brasil (dr. Márcio Thomas Bastos, presidente), da Associação Brasileira de Imprensa (dr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (prof^a Carolina Bori, presidente), dos Reitores da Universidade de São Paulo (prof. José Goldemberg) e da Universidade de Campinas (prof. Paulo Renato Souza), das Centrais Sindicais CGT (Joaquim dos Santos Andrade, presidente) e CUT (Jair Meneguelli, presidente), da Comissão Teotônio Vilela (Glauco Pinto de Moraes), da Comissão de Justiça e Paz (Margarida Genevois), do Núcleo Contra a Violência da USP (prof. Paulo Sérgio Pinheiro), entre outras organizações, além de membros do Congresso Nacional (senadores Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso, deputados Plínio de Arruda Sampaio, Fábio Feldmann e José Genoíno) e personalidades, como os empresários José Mindlin e Edson Fregni e o jornalista Jânio de Freitas.

Passado um mês, em fevereiro, o Movimento instalou, na sede nacional da OAB, em Brasília, o seu Secretariado. Nessa oportunidade — presentes os presidentes da CNBB, da OAB, da ABI e da SBPC, além de representantes de outras entidades e deputados e senadores de diferentes partidos — a *Ação pela Cidadania* resolveu, para efetivar o início de suas atividades, concentrar-se em dois problemas que, por sua gravidade e sua repercussão, considerou exemplares:

1) a impunidade pelos repetidos assassinatos de dirigentes sindicais dos seringueiros e trabalha-

dores rurais do Acre e as ameaças que ali persistem, como intolerável desafio, contra líderes daquelas categorias;

2) a terrível situação em que se encontram os índios Yanomami, em Roraima, sob ameaça de extinção cultural e física por falta de garantia aos direitos que a Constituição lhes assegura.

Decidiu, então, promover visitas às regiões onde ocorrem aqueles problemas, para exame objetivo da realidade, mediante contato com pessoas diretamente envolvidas nas questões pesquisadas, cidadãos interessados, organizações civis e autoridades locais, com a finalidade de articular ações destinadas a assegurar o cumprimento da lei.

No desempenho da primeira dessas missões, uma Comitiva visitou o Estado do Acre durante os dias 29, 30 e 31 de março. Ao final, produziu um relatório que foi encaminhado ao governo e, em seguida, publicado. Das indicações feitas, algumas foram implantadas, especialmente na área de competência do Ministério Público Federal, e outras aguardam decisões dos responsáveis pelos setores competentes da administração pública.

Antes de promover a segunda viagem, a *Ação pela Cidadania* foi procurada, em Brasília, por tuxauas Macuxi e dirigentes do Conselho Indígena de Roraima, que denunciavam graves violações dos direitos dos índios na área denominada Raposa/Serra do Sol. Daí a ampliação dos objetivos da segunda missão, para que fossem examinados também os problemas denunciados naquela região.

Tal como ocorreu na visita ao Acre, a Comitiva enviada a Roraima foi acompanhada por representantes do Ministério da Justiça e da Procuradoria Geral da República. Desta vez, no entanto, os trabalhos foram seguidos também por um delegado da Polícia Federal e por profissionais da imprensa.

A visita ao Estado de Roraima cumpriu-se no período de 9 a 12 de junho de 1989, contando com o inestimável apoio da Força Aérea Brasileira, que proporcionou o transporte na região. Dos trabalhos

lá realizados pela Comitiva, com suas observações, propostas e sugestões, resultou o relatório intitulado "Roraima: o aviso da morte", editado pela CCPY, o Cedi e o Cimi, e publicado em junho de 1989.

A *Ação pela Cidadania* acompanhou sistematicamente os acontecimentos que se seguiram àquela viagem, através da realização periódica de amplas reuniões e de manifestações públicas a respeito dos desdobramentos havidos nos planos político, jurídico e assistencial, principalmente quanto à situação que afeta gravemente os Yanomami. Neste caso, além de seguir os desdobramentos sistematicamente, a *Ação pela Cidadania* viabilizou junto ao governo a participação de organizações civis, religiosas e de pesquisa nas ações emergenciais de saúde contando com a colaboração da Comissão Pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), da Diocese de Roraima, da Escola Nacional de Saúde Pública (Nespi/Fiocruz), do Núcleo de Pesquisas Etnológicas e Comparadas da UnB (Nupec/UnB) e da União das Nações Indígenas (UNI).



Paapiú — Charles Vicent/CCPY/Cedi — 1990

“Eu fico muito preocupado com nossos filhos. Eles vão sofrer mais que agora. Eu sempre lembro dos netos; eles vão sofrer mais que nós se a gente não lutar para defender, para salvar a vida do povo”

Davi Kopenawa Yanomami

YANOMAMI: A TODOS OS POVOS DA TERRA

Segundo relatório da *Ação pela Cidadania* sobre o caso Yanomami, referente a acontecimentos do período junho de 1989 a maio de 1990.

Edição e publicação

CCPY/Cedi/Cimi/NDI

Apoio

Fundação Mata Virgem

AÇÃO PELA CIDADANIA
1 9 9 0

Yanomami: A Todos os Povos da Terra

Segundo relatório da *Ação pela Cidadania* sobre o caso Yanomami, referente a acontecimentos no período de junho de 1989 a maio de 1990.

Ação pela Cidadania é um movimento da sociedade civil em defesa dos direitos inerentes à cidadania, lançado em janeiro de 1989, do qual fazem parte várias organizações, entre elas a CNBB, a ABI, a OAB, a CGT, a CUT, a SBPC, além de parlamentares e personalidades. Para maiores informações contatar a *Secretaria Nacional da Ação pela Cidadania* no

Conselho Federal da OAB
Av. W3-Norte, quadra 516, bloco B, lote 7
2º andar, sala 204
70770 — Brasília — DF
Tel.: (061) 272-1795 ramal 36
Telex: (61) 4675
Fax: (61) 274-3151

Edição e publicação

CCPY — Comissão pela Criação do Parque Yanomami
Rua Manoel da Nóbrega, 111 — cj. 32
04001 — São Paulo — SP

Cedi — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983
01238 — São Paulo — SP

Cimi — Conselho Indigenista Missionário
SDS — Ed. Venâncio III, salas 309 a 314
70084 — Brasília — DF

NDI — Núcleo de Direitos Indígenas
SCS, quadra 06, bloco A, sala 303
Ed. José Severo
70.300 — Brasília — DF

Coordenação da edição

Cláudia Andujar (CCPY)
Carlos Alberto Ricardo (Cedi)

Redação

Márcio Santilli (NDI)
Ulisses Confalonieri (Fiocruz)

Edição de texto

Carlos Alberto Ricardo (Cedi)

Edição fotográfica

Cláudia Andujar (CCPY)

Digitação e revisão

Vera Feitosa (Cedi)

Design gráfico

Roberto Strauss

Diagramas, gráficos e mapas

Alicia Rolla (Cedi)

Paginação

Flávio Irala (Cedi)
Eliete Marques de O. Silva

Foto da capa

Região Surucucús — Cláudia Andujar — 1983

Fotolitos e impressão

Laser Crom

Tiragem desta edição

12 mil exemplares

São Paulo, julho de 1990



Apresentação	9
Depoimento de Davi Kopenawa Yanomami	11
Xawara: O Ouro Canibal e a Queda do Céu	
O Governo Sarney e os Yanomami	17
Cronologia de um Genocídio Anunciado	
Ministério Público	23
Como é possível nessa terra com uma Constituição tão avançada, a ordem judicial não surtir nenhum efeito prático?	
Saúde	29
Relatório de Saúde dos Yanomami	
<i>Ação pela Cidadania</i>	
1. Transição epidemiológica e histórico assistencial	29
2. Peas Yanomami 1990	30
3. Morbidade	30
4. Demografia e Mortalidade	32
5. Perspectivas	32
Avaliação e Recomendações	35
Situação de genocídio	35
Recomendações	36
O Governo Collor e os Yanomami	39
1. Nomeações	39
2. Situação Judicial	39
3. Reinvasão do território	40
4. Explosão das pistas clandestinas	40
5. Situação de saúde	40
Carta de Davi Kopenawa Yanomami	43
A Todos os Povos da Terra	

Yanomami: a todos os povos da Terra traz ao conhecimento público um conjunto de depoimentos, documentos e relatos sobre os desdobramentos relativos à situação dos índios Yanomami que se sucederam após a visita a Roraima, em junho de 1989, de uma comitiva da *Ação pela Cidadania*, cujo relatório foi publicado então sob o título **Roraima: o aviso da morte**.

Durante estes últimos doze meses, o agravamento da situação provocou iniciativas da sociedade civil, do Ministério Público Federal, da Justiça Federal e do governo, repercutindo fortemente na opinião pública brasileira e mundial através dos meios de comunicação de massa.

A versão dos próprios Yanomami sobre os acontecimentos que os afetam abre a presente edição, com o depoimento de Davi Kopenawa, e permeia toda a publicação com frases recolhidas nas visitas a diversas aldeias. Segue-se uma cronologia resumida dos fatos ocorridos durante o governo Sarney, para retomar os antecedentes do caso e atualizar o que aconteceu até março de 1990.

As providências jurídicas e os seus resultados são relatados no depoimento do Ministério Público Federal, apresentado pelo procurador Eugenio Aragão na reunião da *Ação pela Cidadania* realizada em 9 de março de 1990, em Brasília. Nessa mesma reunião foi publicado o relatório dos profissionais de saúde indicados pela *Ação Pela Cidadania* para participarem da operação emergencial de assistência aos Yanomami coordenada pelo governo federal, cujo resumo e gráficos integram esta edição.

Seguem-se, ainda, uma avaliação do governo Sarney acompanhada de recomendações feitas pela *Ação pela Cidadania* ao governo Collor e um resumo dos acontecimentos dos primeiros meses do novo governo. Finalmente, há uma carta aberta de Davi Kopenawa dirigida a todos os povos da Terra.

Os Yanomami, com uma população estimada em cerca de vinte mil pessoas, habitam imemorialmente territórios situados na Venezuela e no Brasil, e que se estendem, no nosso País, pelo oeste de Roraima e norte do Amazonas. O povo indígena Yanomami é o maior das Américas que, em sua maioria, continua vivendo as tradições culturais de seus antepassados. O seu destino interessa a toda a opinião pública mundial.



Davi Kopenawa Yanomami / Brasília — Claudia Andujar — 1989

“Os rios, os peixes, as matas estão pedindo socorro, mas o governo não está sabendo escutar. Ele diz que nós vamos morrer de fome se não fechar o garimpo. Se eles não pararem de garimpar nós vamos, sim, morrer de fome. Mas se parar o garimpo nós plantamos macaxeira, banana, cará, taioba, mamão, cana, pupunha, e ninguém morre de fome”.

Davi Kopenawa Yanomami

DEPOIMENTO DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI

XAWARA: O OURO CANIBAL E A QUEDA DO CÉU

Em entrevista concedida ao Cedi, em Brasília, no dia 9 de março de 1990 e registrada em vídeo, Davi Kopenawa Yanomami respondeu na própria língua às perguntas do antropólogo Bruce Albert, revelando a visão do jovem pajé da aldeia Demini sobre o drama vivido atualmente pelo seu povo.

Bruce — Gostaria que você contasse o que os Yanomami falam das epidemias que assolam o seu território por causa da invasão garimpeira.

Davi — Vou te dizer o que nós pensamos. Nós chamamos estas epidemias de *xawara*. A *xawara* que mata os Yanomami. É assim que nós chamamos epidemia. Agora sabemos da origem da *xawara*. No começo, nós pensávamos que ela se propagava sozinha, sem causa. Agora ela está crescendo muito e se alastrando em toda parte. O que chamamos de *xawara*, há muito tempo nossos antepassados mantinham isto escondido. *Omamë*¹ mantinha a *xawara* escondida. Ele a mantinha escondida e não queria que os Yanomami mexessem com isto. Ele dizia: “não! não toquem nisso!”. Por isso ele a escondeu nas profundezas da terra. Ele dizia também: “Se isso fica na superfície da terra todos Yanomami vão começar a morrer à toa!”. Tendo falado isso, ele a enterrou bem profundo. Mas hoje os *nabëbë*, os brancos, depois de terem descoberto nossa floresta, foram tomados por um desejo frenético de tirar esta *xawara* do fundo da terra onde *Omamë* a tinha guardado. *Xawara* é também o nome do que chamamos *booshikë*, a substância do metal, que vocês chamam “minério”. Disso temos medo. A *xawara* do minério é inimiga dos Yanomami, de vocês também. Ela quer nos matar. Assim, se você começa a ficar doente, depois ela mata você. Por causa disso nós Yanomami estamos muito inquietos.

Quando o ouro fica no frio das profundezas da terra, aí tudo está bem. Tudo está realmente bem. Ele não é perigoso. Quando os brancos tiram o ouro da terra, eles o queimam, mexem com ele em cima do fogo como se fosse farinha. Isto faz sair fumaça dele. Assim se cria a *xawara* que é esta fumaça do ouro. Depois esta *xawara wakëxi*, esta “epidemia-fumaça”, vai se alastrando na floresta, lá onde moram os Yanomami, mas também na terra dos brancos, em todo lugar. É por isso que estamos morrendo. Por causa desta fumaça. Ela se torna fumaça de sarampo. Ela se torna muito agressiva e quando isso acontece ela acaba com os Yanomami...

Quando os brancos guardam o ouro dentro de latas, ele também deixa escapar um tipo de fumaça. É o que dizem os mais velhos, os verdadeiros anciãos que são grandes pajés. Quando os brancos secam o ouro dentro de latas com tampas bem fechadas e deixam estas latas expostas à quentura do sol, começa sair uma fumaça, uma fumaça que não se vê e que se alastra e começa a matar os Yanomami. Ela faz também morrer os brancos, da mesma maneira. Não é só os Yanomami que morrem. Os brancos podem ser muito numerosos, eles acabarão morrendo todos também. É isto que os Yanomami falam entre eles...

Quando esta fumaça chega no peito do céu², ele começa também a ficar muito doente, ele começa também a ser atingido pela *xawara*. A terra também

“*Omamë* manteve por muito tempo a *xawara* escondida. Hoje os *nabëbë*, os brancos, foram tomados por um desejo frenético de tirar esta *xawara* do fundo da terra.”

fica doente. E mesmo os *hekurabë*, os espíritos auxiliares³ dos pajés, ficam muito doentes. Mesmo *Omamë* está atingido. *Deosimë* (Deus) também. É por isso que estamos agora muito preocupados.

Tem também a fumaça das fábricas. Vocês pensam que *Deosimë* pode afugentar esta *xawara*, mas ele não pode repelir esta fumaça. Ele também vai ficar morrendo disso. Mesmo sendo um ser sobrenatural, ele vai ficar muito doente. Nós sabemos que as coisas andam assim, por isso estamos passando estas palavras para vocês. Mas os brancos não dão atenção. Eles não entendem isso e pensam simplesmente: “esta gente está mentindo!”. Não há pajés entre os brancos, é por isso. Nós Yanomami temos pajés que inalam o pó de *yakōana*⁴, que é muito potente, e assim sabemos da *xawara* e ficamos muito inquietos. Não queremos morrer. Nós queremos ficar numerosos. Mas agora que os garim-

peiros nos viram e se aproximaram de nós, apesar do fato que *Omamë* tem guardado o ouro embaixo da terra, eles estão retirando grandes quantidades dele, cavando o chão da floresta. Por isso agora a *xawara* cresceu muito. Ela está muito alta no céu, se alastrou muito longe. Não é só os Yanomami que morrem. Todos vamos morrer juntos. Quando a fumaça encher o peito do céu ele vai ficar também morrendo, como um Yanomami. Por isso, quando ficar doente o trovão vai se fazer ouvir sem parar. O trovão vai ficar doente também e vai gritar de raiva, sem parar, sob o efeito do calor...

Assim, o céu vai acabar rachando. Os pajés Yanomami que morreram já são muitos, e vão querer se vingar... Quando os pajés morrem os seus *hekurabë*, seus espíritos auxiliares, ficam muito zangados. Eles vêem que os brancos fazem morrer os pajés, seus “pais”. Os *hekurabë* vão querer se vingar, vão querer cortar o céu em pedaços para que ele desabe em cima da terra; também vão fazer cair o sol, e quando o sol cair, tudo vai escurecer. Quando as estrelas e a lua também caírem, o céu vai ficar escuro. Nós queremos contar tudo isso para os brancos, mas eles não escutam. Eles são outra gente, e não entendem. Eu acho que eles não querem prestar atenção. Eles pensam: “esta gente está simplesmente mentindo”. É assim que eles pensam. Mas nós não mentimos. Eles não sabem destas coisas. É por isso que eles pensam assim...

Os brancos parecem aumentar muito, mas mais tarde, os Yanomami acabarão tendo a sua vingança. Isso porque os *hekurabë* estão aqui conosco e o céu também está, bem como o espírito de *Omamë*, que nos diz “não! não ficam desesperados! mais tarde nós vamos ter nossa vingança! Os garimpeiros, o governo, estes brancos que não gostam de nós. .. eles são outra gente, por isso eles querem nos fazer morrer. Mas nós teremos nossa vingança, eles também acabarão morrendo”... É assim também que pensam os *hekurabë*: “sim! teremos nossa vingança!”

Nós, os pajés, também trabalhamos para vocês, os brancos. Por isso, quando os pajés todos esti-

verem mortos, vocês não conseguirão livrar-se dos perigos que eles sabem repelir... Vocês ficarão sozinhos na terra e acabarão morrendo também. Quando o céu ficar realmente muito doente, não se terá mais pajés para segurá-lo com os seus *hekurabë*. Os brancos não sabem segurar o céu no seu lugar. Eles só ouvem a voz dos pajés, mas pensam, sem saber das coisas: "eles estão falando à toa, é só mentira!". Quando os pajés ainda estão vivos o céu pode estar muito doente, mas eles vão conseguir

“Os pajés que já morreram vão querer se vingar, vão querer cortar o céu em pedaços para que ele desabe em cima da terra... Nós queremos contar tudo isso para os brancos, mas eles não escutam.”

impedir que ele caia. Sim, ainda que ele queira cair, que ele comece a querer desabar em direção à terra, os pajés seguram ele no lugar. Isso porque nós, os Yanomami, nós ainda estamos existindo. Quando não houver mais Yanomami, aí o céu vai cair de vez. São os *hekurabë* dos pajés que seguram o céu. Ele pode começar a rachar com muito barulho, mas eles conseguem consertá-lo e fazem ele ficar silencioso de novo. Quando nós, os Yanomami, morreremos todos, os *hekurabë* cortarão os espíritos da noite, que cairão. O sol também acabará assim. Nos primeiros tempos o céu já caiu, quando ele estava ainda frágil.⁵ Agora ele está solidificado, mas, apesar disso, os *hekurabë* vão querer quebrá-lo. Eles também vão querer rasgar a terra. Um pedaço se rasgará por aqui, outro por aí, outro ainda numa outra direção. Tudo isso também cairá, todos cairão do outro lado da terra e todos morrerão juntos. É assim que serão as coisas, por isso estamos ficando muito inquietos. Mas os grandes pajés, os mais velhos, nos dizem: “não! não fiquem inquietos! Mais tarde teremos nossa vingança! Da mesma maneira que eles estão nos fazendo morrer, nós também provocaremos sua morte!” É assim que os pajés falam...

Os *hekurabë* são muito valentes. Quando seus “pais”, os velhos pajés, morrem, eles ficam com uma raiva-de-luto muito grande. Eles querem muito vingar-se. Aí eles começam a cortar o peito do céu. Mas outros *hekurabë*, que pertencem aos pajés que ficaram vivos, seguram eles dizendo: “não! não façam isso! Ainda há outros pajés vivos! Os pajés mais jovens estão ficando no lugar dos mais velhos!”... Falando assim, eles conseguem impedir a queda do céu. ...

Bruce — Os pajés e seus *hekurabë* estão tentando lutar contra a *xawara*. Como é esta luta?

Davi — Nós queremos acabar com a *xawara*. ... Mas ela é muito resistente. ... Ela é todo enrugada e elástica. ... como borracha. Os *hekurabë* não conseguem cortá-la com suas armas e ela acaba segurando-os quando a atacam... Quando ela consegue assim se apoderar dos *hekurabë*, seus “pais”, os pajés morrem. Só mandando muitos outros *hekurabë* se consegue arrancar os *hekurabë* que ela mantém presos... Aí o pajé volta de novo à vida. Os espíritos da *xawara*, os *xawararibë*, estão aumentando muito. Por isso a fumaça da *xawara* é

“Os espíritos da *xawara*, os *xawararibë*, estão aumentando muito... Eles são tão numerosos quanto os garimpeiros, tão numerosos quanto os brancos. Por isso não conseguimos nos juntar o suficiente para lutar”.

muito alta no céu. Eles são tão numerosos quanto os garimpeiros, tão numerosos quanto os brancos. Por isso não conseguimos nos juntar o suficiente para lutar. Os brancos não se juntam a nós contra a *xawara*. Os seus ouvidos são surdos às palavras dos pajés. Somente você, que é outro, entende esta língua. Os brancos não pensam: “o céu vai desabar”... eles não se dizem: “a *xawara* está nos devorando”. Por isso ela está comendo também um monte das suas crianças, ela acaba com elas, as

devora sem parar, as mata e moquea como se fossem macacos que ela anda caçando. Ela amontoa assim um monte de crianças moqueadas. Todos Yanomami que ela mata são moqueados e juntados assim pela *xawara*. Só quando tem o bastante é que ela pára. Ela mata um bocado de criança de uma primeira vez e, um tempo depois, ataca um outro tanto. É assim... *xawara* tem muita fome de carne humana; não quer caça nem peixes, ela só quer a carne dos Yanomami, porque ela é uma criatura sobrenatural...

Quando os pajés tentam afugentar a fumaça da *xawara* que está no céu com chuva, também não dá. .. Ela está muito alta, fica fora de alcance e não pode ser afugentada. É assim que falamos destas coisas entre nós. No começo, eu não sabia de nada

“Outros Yanomami não vão ser criados depois de nós. Quando os garimpeiros acabarem com os Yanomami, outros não vão surgir de novo assim..”

disso. Foram os grandes pajés, os mais velhos, que me ensinaram a pensar direito. .. Não sabia, mas agora aprendi. Está bom assim? Se você me pergunta outra coisa, te darei outras palavras minhas...

Bruce — Se os garimpeiros não forem retirados das suas terras, o que você pensa que vai acontecer para o povo Yanomami?

Davi — Se os garimpeiros continuam a andar em nossa floresta, se eles não voltam para o lugar deles, os Yanomami vão morrer, eles vão verdadeiramente acabar. Não vai haver pessoas para nos curar. Os brancos que nos curam, médicos e enfermeiras, são poucos. Por isso, se os garimpeiros continuam trabalhando em nossa mata, nós vamos realmente morrer, nós vamos acabar, só vai sobreviver um pequeno grupo de nós. Já morreu muita gente, e eu não queria que se deixasse morrer toda esta gente. .. Mas os garimpeiros não gostam de nós, nós somos outra gente e por isso eles

querem que nós morramos... Eles querem ficar sozinhos trabalhando. Eles querem ficar sozinhos com nossa floresta. Por isso estamos muito assustados. Outros Yanomami não vão ser criados depois de nós. Quando os garimpeiros acabarem com os Yanomami, outros não vão surgir de novo assim. .. não vão, não. *Omamë* já foi embora deste mundo para muito longe e não vai criar outros Yanomami. .. não vai não.

Bruce — Você quer que eu traduza mais alguma coisa?

Davi — Agora você vai dar para os outros brancos as palavras que eu dei para você, e diga mais alguma coisa, você. Diga que no começo, quando você morava lá. .. conte como a gente era, com boa saúde. .. Como a gente não morria à toa, a gente não tinha malária. Diga como a gente era realmente feliz. Como a gente caçava, como a gente fazia festas, como a gente era feliz. Você viu isto. Nós fazíamos pajelanças para curar. Hoje os Yanomami nem fazem mais suas grandes malocas, que chamamos *yano*, só moram em pequenos tapiris no mato, embaixo de lona de plástico. Não fazem nem roça, nem vão caçar mais, porque eles ficam doente o tempo todo. É isto.

(Esta entrevista foi transcrita e traduzida pelo próprio entrevistador, antropólogo ligado à Universidade de Brasília e à ORSTOM — Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Cooperation, que há vários anos realiza pesquisas entre os Yanomami).

NOTAS

- 1) O criador da humanidade Yanomami e de suas regras culturais.
- 2) Para os Yanomami o céu tem “costas” (onde moram os fantasmas, o trovão e diversas criaturas sobrenaturais) e um “peito”, que é a abóbada celeste vista pelos humanos.
- 3) Espíritos descritos como humanóides miniaturas e que são manipulados pelos pajés (considerados seus “pais”) para curar, agredir, influir sobre fenômenos e entidades cosmológicas etc...
- 4) Pó tirado da resina da árvore *Virola elongata* que tem propriedades alucinógenas.
- 5) Antes desta primeira queda do céu, morava na terra uma humanidade Yanomami que foi precipitada no mundo subterrâneo, onde transformou-se em um povo de monstros canibais.

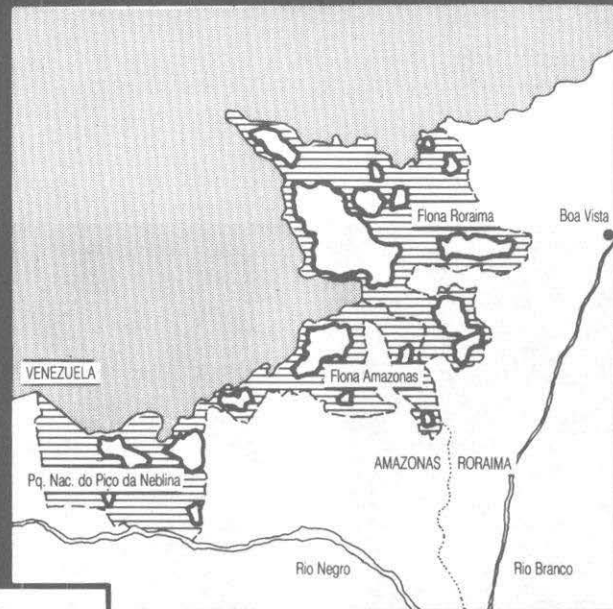
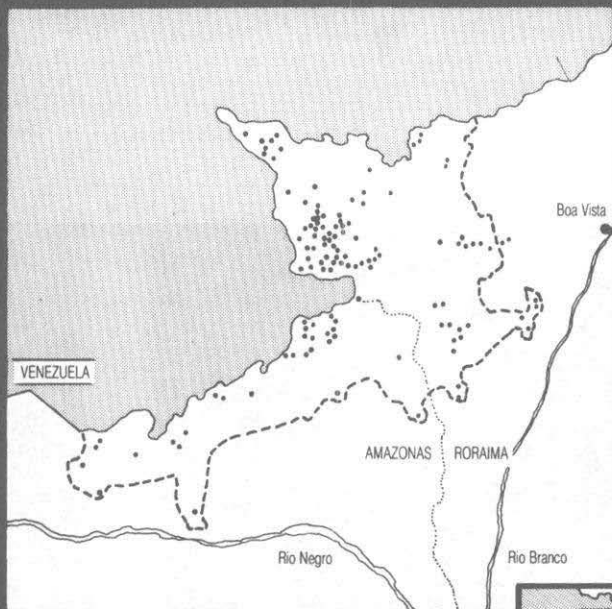


“Nós Yanomami queremos uma área única e contínua, para
nosso povo, para poder viver em paz, sem brigar com o governo,
com os militares, com os garimpeiros, com ninguém. Yanomami não quer
invadir a terra dos outros. Yanomami respeita a terra dos brancos”.

Davi Kopenawa Yanomami

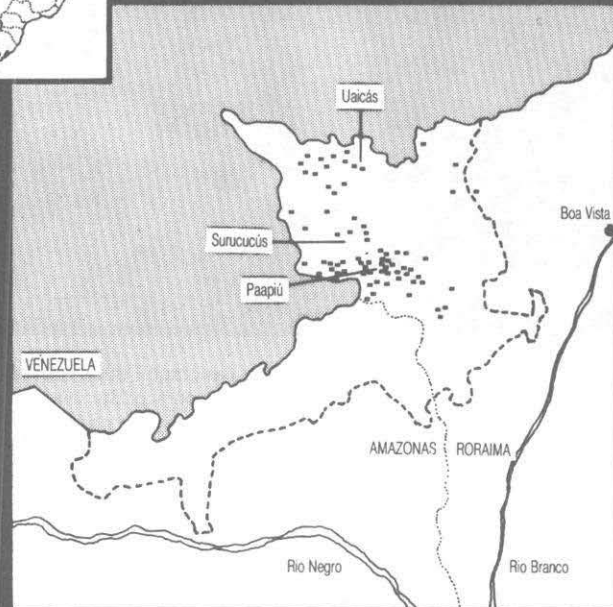
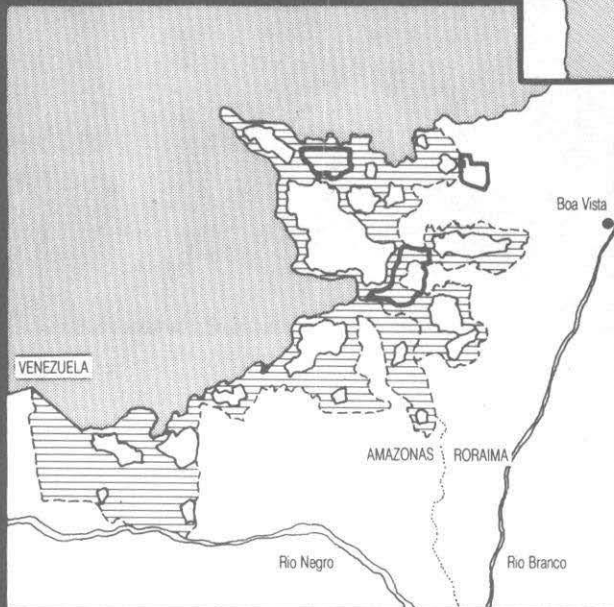
Terra indígena Yanomami: interdição
de 1985 com localização das aldeias

19 áreas Yanomami decretadas
em 1988 com florestas nacionais



3 reservas garimpeiras
decretadas em 1990

Pistas de pouso dos
garimpeiros até fev/90



O GOVERNO SARNEY E OS YANOMAMI

CRONOLOGIA DE UM GENOCÍDIO ANUNCIADO

- Após um longo processo de reconhecimento do território indígena Yanomami pelo governo federal, a Funai, através da Portaria nº 1817/E de 8 de janeiro de 1985, interdita uma área de aproximadamente 9.411.108 ha, localizada nos estados de Amazonas e Roraima, para efeito de sua demarcação.
- No início do seu governo, o presidente José Sarney concede audiências a parlamentares, organizações de apoio ao índio e líderes Yanomami, nas quais se expressa favoravelmente ao atendimento de solicitações no sentido da criação do Parque Yanomami, em território contínuo, equivalente à área interditada pela Funai. Afirma que a solução do problema estaria a cargo do general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar e secretário geral do Conselho de Segurança Nacional.
- Em 19 de junho de 1985, o presidente da República aprova a elaboração e execução do "Projeto Calha Norte: Desenvolvimento e Segurança ao Norte da Calha dos Rios Amazonas e Solimões", sob a coordenação da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. O Projeto visava a ocupação militar e econômica das regiões de fronteira e se propunha a reformular a política indigenista, alegando implicações de "segurança nacional".
- Em agosto de 1987, a Funai comunica a suspensão dos trabalhos relativos aos convênios para a assistência à saúde dos Yanomami anteriormente estabelecidos com a CCPY, promovendo, em seguida, a retirada dos profissionais de saúde que atuavam na área indígena.
- Ainda em agosto, os membros da Missão Catrimani são expulsos pela Funai da área indígena, acusados de serem responsáveis pelos conflitos entre Yanomami e garimpeiros.
- Nesse mesmo mês de agosto, o território Yanomami já se encontrava invadido por milhares de garimpeiros que, em busca de ouro, provocam vários conflitos com mortes de índios. Em 1987, em consequência da omissão do governo federal e dos estímulos do governo de Roraima, a invasão do território indígena assume proporções de um genocídio.

- Em 13 de setembro de 1988 é assinada a Portaria Interministerial nº 160, criando dezenove "Áreas Indígenas" Yanomami, descontínuas, totalizando cerca de 2.435.215 ha, sendo quatro delas localizadas no Parque Nacional do Pico da Neblina, e também criando as Florestas Nacionais (Flonas) de Roraima e do Amazonas, com áreas de 2.664.685 ha e 1.573.100 ha, respectivamente, ambas incidentes no território interditado anteriormente pela Funai. A criação dessas Flonas é justificada pela necessidade de proteção às "áreas indígenas". A referida Portaria caracteriza inclusive as Flonas e o Parque Nacional do Pico da Neblina como sendo "Terra Indígena Yanomami".

- Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição do Brasil que, no artigo 231, reconhece os direitos originários dos índios à posse permanente das terras por eles tradicionalmente ocupadas e incumbe a União de demarcá-las e protegê-las. No parágrafo primeiro do referido artigo, a Constituição define de forma abrangente as terras indígenas, incluindo nessa definição as áreas necessárias à sobrevivência física e cultural dos índios e à proteção do seu meio ambiente. O parágrafo terceiro estabelece que a atividade minerária em terras indígenas exigirá prévia autorização do Congresso Nacional e a audiência das comunidades afetadas. O parágrafo sétimo exclui as terras indígenas das áreas em que o Estado deve estimular a organização de cooperativas de garimpeiros e a prioridade dos garimpeiros ocupantes na obtenção de licença para a lavra.

- Em 18 de novembro de 1988, sessenta e cinco dias após a Portaria (nº 160) anterior, é assinada outra Portaria Interministerial, nº 250, com as mesmas definições de áreas indígenas e florestas nacionais, mas descaracterizando estas últimas da sua condição de "Terra Indígena".

- Em 31 de janeiro de 1989, o líder Yanomami Davi Kopenawa recebe o prêmio Global-500 da ONU, por sua atuação em defesa do meio ambiente degradado pelo garimpo no território Yanomami.

- Em 17 de fevereiro de 1989, são publicados no Diário Oficial os dezenove decretos homologatórios das áreas Yanomami descontínuas e, em 2 de março de 1989, os decretos de criação das duas Flonas mencionadas.

- Em 19 de abril de 1989, Dia do Índio, o Congresso Nacional realiza uma sessão extraordinária em homenagem ao povo Yanomami, na qual Davi Kopenawa denuncia o agravamento da situação dos índios.

- Em 26 de abril de 1989, o general Bayma Denys presta depoimento sobre o Projeto Calha Norte, na Comissão de Interior da Câmara dos Deputados, e faz a defesa dos atos governamentais referentes ao território Yanomami, alegando que estes assegurariam a posse de mais de duzentos hectares de terra para cada índio.

- Em 5 de maio de 1989, a Guarda Nacional venezuelana expulsa cerca de três mil garimpeiros brasileiros que haviam invadido o território da Venezuela a partir da área Yanomami, construindo pistas aéreas e poluindo as nascentes do Rio Orinoco.

- Entre os dias 9 e 12 de junho de 1989, uma comitiva da *Ação pela Cidadania*, acompanhada por representantes do Ministério Público Federal, visita o estado de Roraima, inclusive a área Yanomami, e publica, em seguida, o relatório "Roraima: o aviso da morte", denunciando a gravidade da situação naquela área e solicitando providências aos órgãos de governo responsáveis.

- Em julho de 1989, o governador de Roraima (ex-presidente da Funai, de maio de 1986 a setembro de 1988), Romero Jucá Filho, anuncia o Projeto Meridiano 62, que propõe a criação de reservas de garimpagem na Floresta Nacional de Roraima, localizada em território Yanomami.

- Em 17 de julho de 1989, o Ministério Público Federal (MPF) ingressa com uma Ação Civil Pública visando a interdição das pistas de pouso clandestinas abertas pelos garimpeiros dentro do território Yanomami.

Região Surucucú — José Paulo Lacerda / Agência Estado — 1990



“Já acabaram com a água, já contaminaram a água
todinha, já acabaram com a pesca e caça, que nós comemos,
e por isso estamos passando muita necessidade”.

Tuxaua Brito Yanomami

• Em 2 de setembro de 1989, lideranças Yanomami e de outros povos indígenas de Roraima realizam passeata de protesto contra a situação do povo Yanomami durante uma visita do presidente Sarney ao Estado.

• Em 12 de setembro de 1989, cinco líderes Yanomami são recebidos em audiência pelo procurador geral da República, Aristides Junqueira, a quem solicitam providências no sentido da retirada dos garimpeiros invasores do território indígena e da demarcação deste de forma contínua. Os índios também são recebidos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Néri da Silveira, e pelos presidentes do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, e da Câmara dos Deputados, deputado Paes de Andrade. O presidente José Sarney recusa-lhes audiência.

• Entre os dias 11 e 14 de setembro de 1989, 350 lideranças, representando 76 povos e quatorze organizações indígenas, realizam manifestações em Brasília para exigir a retirada dos garimpeiros das terras Yanomami. Nesse mesmo período, quinhentos índios, representantes de nove povos, protestam em Boa Vista (RR) contra a invasão garimpeira.

• Em 12 de outubro de 1989, o MPF ingressa com medida cautelar (nº XII-244/89) na Justiça Federal do Distrito Federal, solicitando a retirada dos invasores e a interdição judicial da área de 9.411.108 ha reconhecida pela Funai em 1985. A seguir, o MPF ingressa com uma ação declaratória de posse, solicitando judicialmente o reconhecimento da posse imemorial da área interditada em favor dos índios Yanomami.

• Em 20 de outubro de 1989, o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, Novély Vilanova da Silva Reis, profere decisão interlocutória concedendo liminarmente a interdição dos 9.411.108 ha e a retirada imediata dos invasores da área, solicitadas pelo MPF.

• Em 25 de novembro de 1989, coordenadores da UNI — União das Nações Indígenas, acompa-

nhados de lideranças Kaiapó, visitam várias aldeias no território Yanomami, levando o apoio e a solidariedade do movimento indígena à luta dos Yanomami.

• Em 5 de dezembro de 1989, o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, João Baptista Coelho Aguiar, concede liminar à ação civil pública do MPF, determinando a interdição das pistas clandestinas.

• Em 10 de dezembro de 1989, o presidente da República envia a Mensagem nº 273 ao Congresso Nacional, solicitando recursos para proceder à retirada dos garimpeiros do território Yanomami e para a realização de uma operação emergencial de saúde na área. Nessa data, mais de duzentos índios Yanomami se encontram internados na Casa do Índio, em Boa Vista, acometidos de malária e de outras doenças transmitidas pelos garimpeiros.

• Em 9 de janeiro de 1990, centenas de garimpeiros invadem o pátio da Diocese de Boa Vista e ameaçam o bispo de Roraima, D. Aldo Mongiano.

• Em 10 de janeiro de 1990, em Boa Vista, o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, encarregado da operação de retirada dos garimpeiros, anuncia a efetivação de um acordo com lideranças garimpeiras. O acordo, lavrado na forma de um "termo de compromisso", previa a transferência dos invasores de "áreas indígenas" para reservas de garimpagem que seriam criadas na Floresta Nacional de Roraima, dentro da área indígena judicialmente interditada. Interpelado pelo juiz da 7ª Vara, Romeu Tuma, em 12 de janeiro de 1990, nega a existência de qualquer acordo com lideranças garimpeiras envolvendo a transferência dos invasores dentro da área interditada pela liminar da Justiça Federal.

• Em 25 de janeiro de 1990, o presidente da República anuncia em cadeia nacional de rádio e de televisão, a criação da reserva de garimpagem Urucacá-Santa Rosa para reassentamento dos garimpeiros, afirmando que esta se localiza fora da área interditada judicialmente. No dia seguinte, é publicado no Diário Oficial o Decreto nº 98.890 criando a

referida reserva. Nessa oportunidade, organizações de apoio anunciam uma superposição de 16% da área da referida reserva sobre a área indígena judicialmente interdita.

- Nos primeiros dias de fevereiro de 1990, o presidente eleito, Fernando Collor, realiza viagem por vários países e presencia, em sete deles, manifestações de protesto contra a situação vivida pelo povo Yanomami.

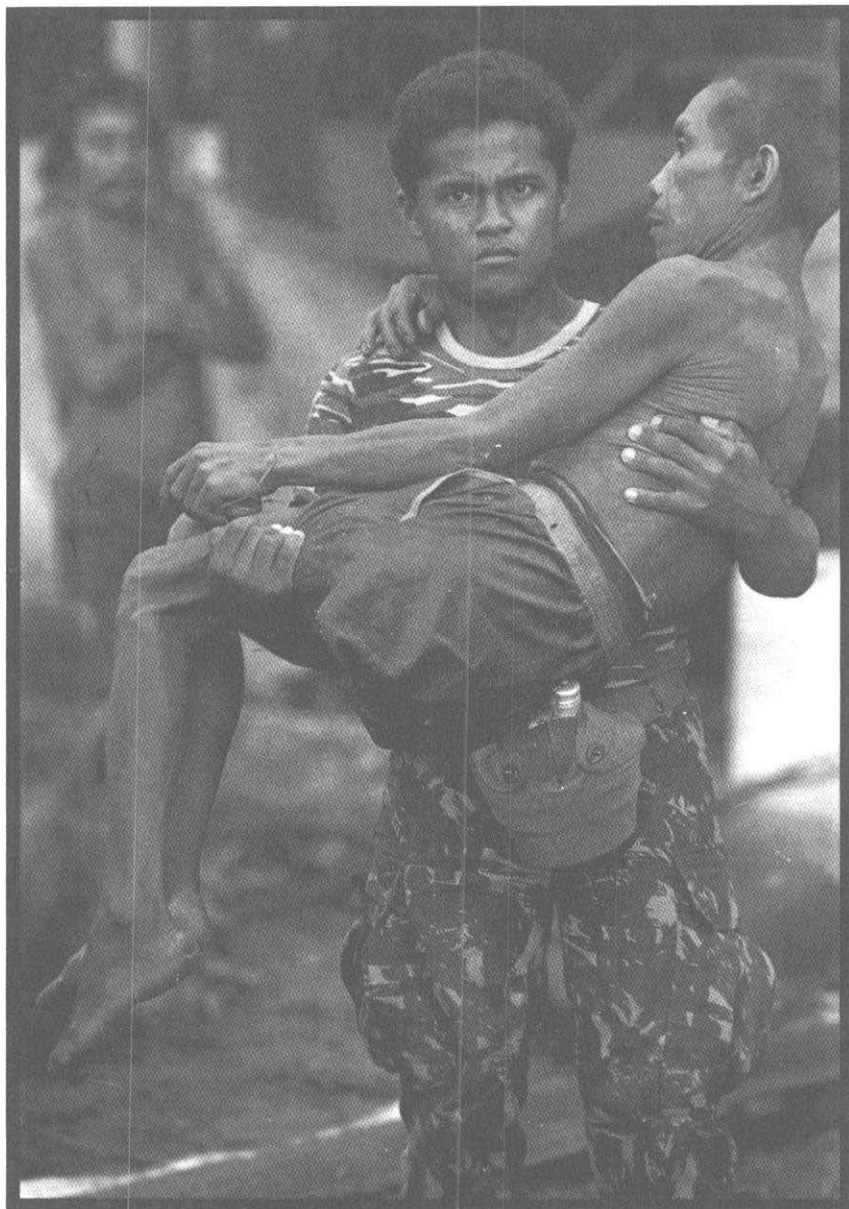
- Em 31 de janeiro de 1990, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, visita aldeias Yanomami em Roraima, passando por Boa Vista e Manaus. Ao retornar a Brasília, o ministro anuncia que o governo iria processar judicialmente dois jornalistas franceses que haviam documentado a morte de uma índia Yanomami.

- Em 16 de fevereiro de 1990, o Diário Oficial publica os Decretos nº 98.959 e 98.960, criando as reservas de garimpagem de Catrimani-Couto de Magalhães e Uraricoera. Ambas incidem integralmente sobre a área indígena judicialmente interdita.

- A operação emergencial de saúde, realizada nos meses de janeiro e fevereiro de 1990, enfrenta sérias dificuldades operacionais decorrentes do insuficiente apoio logístico e de transportes. Cobre apenas parte do território afetado e constata o agravamento da situação de saúde, sobretudo pela alta incidência de malária, além da ocorrência de centenas de óbitos. Essa operação conta com a participação de médicos e de intérpretes da *Ação pela Cidadania*.

- Em 20 de fevereiro de 1990, o MPF ingressa na Câmara dos Deputados com um pedido de licença para processar por crime de responsabilidade o presidente da República e quatro ministros de Estado, signatários dos decretos que criaram as reservas de garimpagem em áreas judicialmente interditas. Esse pedido de licença não foi julgado até o dia 15 de março de 1990, data em que se encerra o mandato dos acusados.

- Em 9 de março de 1990, a *Ação pela Cidadania* realiza ampla reunião no Senado Federal e avalia os resultados da Operação Emergencial de Saúde e a situação do povo Yanomami ao final do governo Sarney.



Região Surucucúis — José Paulo Lacerda / Agência Estado — 1990

“Nós Yanomami estamos morrendo por causa de doenças, malária, gripe, desinteria, doenças venéreas, sarampo, catapora e outras doenças que índio não conhecia, trazidas pelos garimpeiros que vêm de fora. Essas doenças a gente não consegue curar, os pajés não conseguimos. Doença de bala, pajé também não consegue curar. Doença de índio pajé pode curar, mas de branco a gente não pode curar”.

Davi Kopenawa Yanomami

**COMO É POSSÍVEL,
NESSA TERRA COM
UMA CONSTITUIÇÃO
TÃO AVANÇADA,
A ORDEM JUDICIAL
NÃO SURTIR NENHUM
EFEITO PRÁTICO?**

Íntegra do pronunciamento feito em nome do Ministério Público Federal pelo procurador da República Eugênio José Guilherme de Aragão na reunião da *Ação pela Cidadania*, realizada no Senado Federal, em Brasília, em 9 de março de 1990.

“O Ministério Público Federal tomou conhecimento do sofrimento do povo Yanomami, da primeira feita, numa visita de dois de seus membros, doutores Cláudio Lemos Fontelles e Carlos Eduardo Vasconcelos, à região de sua posse imemorial, em início de 1989, convidados pela *Ação pela Cidadania*. O triste cenário ali avistado logo evidenciou a necessidade da intervenção do órgão na questão, arrimado na atribuição constitucional inscrita no art. 129, V, da lei maior, que comete ao MP a defesa dos interesses indígenas.

Farto material sobre o drama vivido pela nação Yanomami foi, a seguir, remetido à Procuradoria Geral da República, por entidades da sociedade civil engajadas na defesa dos índios, tais como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o Núcleo de Direitos Indígenas, a Comissão pela Criação do Parque Yanomami e tantas outras que, não por descuido ou desconsideração, deixamos de mencionar, porquanto o curto tempo não o permite.

Em julho de 1989 instaurou, o subprocurador-geral da República dr. Carlos Victor Muzzi, inquérito civil público para apuração de desvio da ação administrativa do Governo Federal na demarcação das terras indígenas Yanomami, levando em conta, sobretudo, que o drama daquela nação tinha causas eminentemente fundiárias, à vista da invasão de suas terras por estranhos, principalmente garimpeiros, tolerada pelo Governo Federal. Para a presidência do inquérito foram designados os procuradores Deborah Duprat de Britto Pereira e Eugênio José Guilherme de Aragão, que, logo, contactaram a Funai, para que lhes oferecesse toda a informação disponível sobre a demarcação administrativa das terras Yanomami. Ao mesmo tempo, foi solicitada à ABA — Associação Brasileira de Antropologia que indicasse um profissional apto a preparar parecer a respeito da extensão das terras imemorialmente ocupadas pelos índios Yanomami. Foi indicada a professora Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília, que logo se pôs à obra e ofereceu extensa pesquisa sobre o assunto.



Cattimani — Claudia Andujar — 1974

“Na nossa terra temos muitas serras. Dentro das serras moram os *Xapori*, *Hekura*, os espíritos da natureza. As serras são lugares sagrados, lugares onde nasceram os primeiros Yanomami, onde as suas cinzas foram enterradas. Os nossos velhos deixaram seus espíritos nesses lugares. Nós Yanomami queremos que as serras sejam respeitadas, não queremos que sejam destruídas. Queremos que esses lugares sejam preservados para não acabar com nossa história e com nossos espíritos”.

Davi Kopenawa Yanomami



“Os Yanomami têm medo dos garimpeiros. Muitos deles são criminosos, levam muita arma de fogo, como revólver, espingarda. Eles têm todas as armas e também falam que têm metralhadora. A Polícia Militar fica do lado dos garimpeiros. Às vezes a polícia tira as armas deles, mas depois devolve”.

Ivanildo Wawanaweytheri Yanomami

A conclusão do inquérito é, hoje, de todos conhecida: deu-se pela inconstitucionalidade da demarcação administrativa levada a cabo pelo Governo Federal, em início de 1989, que, ao invés de considerar a área contínua de cerca de 9.400.000 ha proposta pela própria Funai em 1985, preferiu demarcar dezenove “ilhas”, áreas descontínuas, num total de cerca de 2.400.000 ha, entremeadas por duas florestas nacionais e um parque nacional pré-existente, o do Pico da Neblina. Essa demarcação, sem qualquer embasamento antropológico, na verdade, foi fruto das pressões de setores mineiros, tais como os garimpeiros, responsáveis pela devastação ecológica na área e pelo extermínio da nação Yanomami: é que as florestas nacionais, diversamente do parque nacional, não são áreas de preservação ecológica, mas sim, nos termos do Código Florestal, área de aproveitamento “racional” dos recursos naturais. Como a expressão “racional” não é unívoca — nunca se sabe ao certo, nessa questão, onde ficam os limites da racionalidade — temos que a floresta nacional, rigorosamente, é área de **devastação ecológica**. Entremeando-se, pois, as “ilhas” Yanomami por florestas nacionais, criaram-se “corredores” para o acesso de garimpeiros.

Como sói ser, foi, a seguir, proposta medida judicial de natureza cautelar preparatória, com o objetivo de interditar, já, a área de 9.400.000 ha, propondo-se a discutir a extensão das terras por demarcar numa ação principal declaratória.

O País assistiu aliviado e, ao mesmo tempo, reconfortado a uma demonstração de coragem e independência do Poder Judiciário, quando o juiz federal Novély Vilanova da Silva Reis concedeu a medida liminar para interditar a área em questão e determinar à Funai, com o apoio da Polícia Federal, a retirada dos garimpeiros invasores da região: “Temos juízes em Brasília”.

Mas, o que se sucedeu à bravura do magistrado ainda nos deixa, hoje, a todos, atônitos. Como é possível, nessa terra com uma Constituição tão avan-

çada, a ordem judicial não surtir nenhum efeito prático? Pois assim foi.

A princípio, a Polícia Federal alegou falta de efetivos e de recursos materiais para fazer a operação. Assim, a pedido do Ministério Público Federal, expediram-se ofícios aos ministros de Estado da Aeronáutica e do Exército, para que apoiassem a autoridade policial no que fosse necessário para o bom desempenho da missão que lhe foi judicialmente ordenada. Até hoje — pasmem — não se dignou, qualquer dos ministros militares, a responder à missiva do Judiciário... Sim, há juízes em Brasília, mas há, também, autoridades que não se acostumaram ainda a respeitá-los...

Em compasso de espera, qual não foi a surpresa quando, após o agravamento do estado sanitário dos Yanomami, o governo federal resolveu, por medida provisória, liberar os recursos para a operação de retirada dos intrusos da área indígena Yanomami. É certo que a extensão do projeto ficou controvertida: já que, nos atos baixados, não havia nenhuma referência à ordem judicial, não se sabia ao certo se a operação se destinava a desocupar a área de 9.400.000 ha (tal como determinado pelo magistrado) ou se se destinava somente aos 2.400.000 ha das dezenove “ilhas”...

Todavia, o que assistimos, amplamente divulgada pelos meios de imprensa, foi a ida do diretor-geral do DPF, delegado Romeu Tuma, a Roraima, para, em ali chegando, se confraternizar com os garimpeiros invasores e com eles fechar um “acordo” de assentamento de garimpos — pode? — dentro da área judicialmente interdita.

Essa atitude inadmissível levou o Ministério Público Federal a requerer ao magistrado determinasse a Romeu Tuma se explicasse no prazo de 24 horas. Foram concedidas, enfim, 72 horas e a resposta do delegado satisfaz ao juiz federal que substituíra o doutor Novély, apesar de se registrar que não fez, o intimado, juntar cópia do acordo que efetivamente houve. Preferiu, simplesmente, negar sua existên-

da, garantindo que a Polícia Federal estava cumprindo a ordem que lhe foi dirigida.

Como havia a promessa do cumprimento da ordem judicial, preferimos, também, o Ministério Público, considerar inexistente o acordo.

Mas a novela continua. Entra em campo o ministro de Estado da Justiça, doutor Saulo Ramos, alardeando três projetos de decretos a tratarem da criação de três reservas extrativistas para o garimpo, em na esteira do "acordo" fechado em Roraima quando da ida de Romeu Tuma àquele Estado. Mas, a garantia pessoalmente dada pelo senhor ministro da Justiça a este expositor, num determinado contato direto no Ministério, fez parecer que tudo não passava de mal entendido e que só haveria reserva extrativista fora da área judicialmente interdita. A mesma garantia foi dada — o que se afigura mais grave — ao senhor procurador-geral da República, quando juntamente com o ministro Saulo Ramos se dirigiu a Roraima.

Foi, porém, precisamente essa visita a Roraima o cenário do inusitado. Aproveitou, o ministro da Justiça, a presença, ali, do procurador-geral da República, para anunciar a criação de três reservas extrativistas, duas delas bem dentro dos 9.400.000 ha em litígio, surpreendendo a todos, inclusive ao senhor procurador-geral, que recebera garantias em contrário.

Os decretos de criação das áreas extrativistas foram baixados, em afronta ao princípio da independência dos Poderes, porque ferindo flagrantemente a ordem judicial.

Outra não poderia ser a derradeira tentativa do Ministério Público de por cômbo a esse abuso: promoveu a acusação, na Câmara dos Deputados, contra o presidente da República e todos os ministros que o secundaram nos decretos, por crime de responsabilidade.

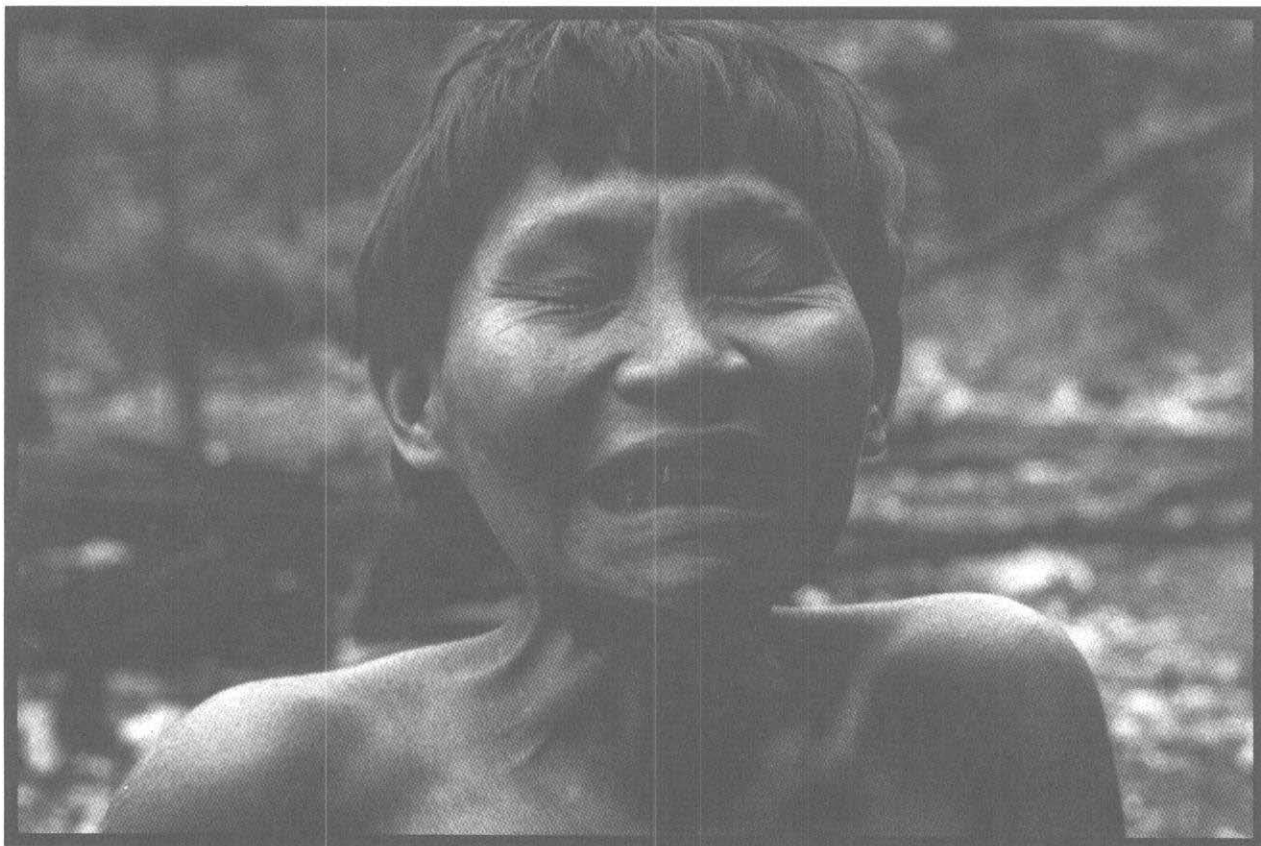
A questão está, assim, agora, nas mãos do Poder Legislativo e da Sociedade Civil, que deverá lutar pela plena vigência do Estado de Direito, estancan-

do o genocídio que vem sendo praticado contra a nação Yanomami, sob a passiva atitude do governo do presidente Sarney. O Ministério Público, enfim, irá até as últimas conseqüências, ainda que isso signifique articular-se com organismos internacionais para expor o drama vivido pelo povo indígena, pois não é possível que em finais do século XX tenhamos que assistir a tão deprimente episódio de aniquilamento de uma cultura, de forma bárbara e inescrupulosa, pela ganância de alguns e pela inércia de tantos outros que prometeram fielmente cumprir a Constituição da República, quando a pisoteiam, como se fosse letra morta.

É só. Obrigado a todos”

“Os Yanomami vai acabar, é por isso que não aceito que os garimpeiros volte pra cá de novo. Porque já perdi o irmão, foi matado pelos garimpeiros dois irmãos que eu perdi, e estou muito com raiva dos garimpeiros por isso”

Tuxaua Brito Yanomami



Paapiú — Charles Vicent/CCPY/Codi — 1990

“Eu cansei de falar pros Yanomami: ‘Tenha calma porque nós não somos igual o garimpeiro, porque o garimpeiro tem muita arma, tem muito revólver, tem muita pistola, garimpeiro não vai desarmado’. Eu falei pra eles, mas os meus parentes não esperaram, eles estavam doídos pra tomar as coisas. Então fui sozinho, atrás deles. Aí, quando eu fui chegando, eu ouvi tiro. Morreu meu tio, morreu outro parente e outro meu tio e um do Mucajá também, foram quatro”.

João Davi Yanomami

RELATÓRIO DE SAÚDE DOS YANOMAMI *AÇÃO PELA CIDADANIA*

O relatório que a seguir apresentamos foi elaborado pelo Dr. Ulisses Confalonieri (Fundação Oswaldo Cruz) com a colaboração da equipe de saúde da *Ação pela Cidadania*, que participou do III Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami (Peas/Yanomami), organizado pela Funai/Ministério da Saúde entre o início de janeiro e meados de fevereiro de 1990. Foi apresentado em reunião da *Ação pela Cidadania* realizada no Senado Federal, em 9 de março de 1990. Participaram do trabalho de campo as seguintes entidades, indicadas pela *Ação pela Cidadania*: CCPY, Cimi, Diocese de Roraima, Nespi/Fiocruz e Nupec/UnB.

1. Transição epidemiológica e histórico assistencial

Até agosto de 1987 a população Yanomami se caracterizou, em relação ao contato com doenças infecciosas de outras populações, pela ocorrência de surtos localizados e esporádicos, geralmente vindos através de portadores eventuais das zonas urbanas. As aldeias de localização mais periférica tinham um contato mais freqüente, apresentando infecções de caráter endêmico, como a tuberculose e a malária, enquanto as aldeias mais centrais permaneciam praticamente livres destas doenças.

No início dos anos 70 houve uma intensificação dos surtos, em decorrência da abertura da rodovia Perimetral Norte, causando mortes e até desaparecimento completo de várias comunidades.

O quadro epidemiológico se alterou a partir do segundo semestre de 1987, com a invasão de garimpeiros no território Yanomami.

A assistência de saúde se iniciou com algumas missões religiosas que atendiam às comunidades próximas e, posteriormente, foram estabelecidos postos da Funai que eventualmente dispunham de pessoal. Nos anos 80, entrou na área a CCPY, que realizou um levantamento de saúde e um trabalho sistemático de atendimento.

Em agosto de 1987 foram interrompidos compulsoriamente pelo governo federal os trabalhos de saúde de algumas missões religiosas e da CCPY, situação que perdura até hoje. As operações de saúde levadas a efeito pelo governo neste interregno foram limitadas. Algumas, embora programadas, nem sequer ocorreram.

Em dezembro de 1989, atendendo a decreto presidencial, o Ministério da Saúde e a Funai organizaram um Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami, com participação de entidades governamentais e não-governamentais.

2. Peas Yanomami 1990

O agravamento do estado de saúde da população Yanomami revelou uma situação caótica em toda a região. Muitos índios tiveram que ser removidos para a Casa do Índio de Boa Vista, chegando a um total de 197 Yanomami (86% dos índios internados) em novembro de 1990, sendo que treze deles faleceram.

Foi realizado um inventário retrospectivo das internações na Casa do Índio e uma primeira visita, em novembro de 1989, por um membro da equipe de saúde da *Ação pela Cidadania*, respaldado pelo Ministério Público, em função das restrições governamentais ao acesso à área. O resultado disso foi uma enorme mobilização da opinião pública nacional e internacional sobre o genocídio evidente. Através do Decreto Presidencial 98.478 de 06/12/89, estabeleceu-se o Peas, que iniciou suas atividades em 02/01/90 e terminou em 15/02/90.

Os objetivos principais desta operação foram: o combate a endemias e o levantamento das condições médico-sanitárias da população atendida.

O alcance das operações foi limitado pelos seguintes motivos: falhas no preparo da operação; dificuldades operacionais, logísticas e climáticas; e a exiguidade de tempo. Apenas 25% da população Yanomami se beneficiaram com a operação, muito aquém do impacto desejado.

Além de algumas vidas salvas, a operação permitiu a obtenção de uma visão global dos principais problemas sanitários e a quantificação da morbi-mortalidade de algumas áreas.

3. Morbidade

Apesar das limitações anteriormente apresentadas, algumas condições puderam ser melhor investigadas. Enunciamos a seguir os principais problemas identificados:

a) Malária — principal causa da morbidade. Atinge cerca de 20% da população total examinada, com uma distribuição heterogênea.

Algumas comunidades tinham até 91% de seus membros infectados, com predominância da forma grave.

Mesmo comunidades longe de garimpos revelaram índices maláricos elevados em função das frequentes visitas intercomunitárias.

Os mosquitos transmissores têm a proliferação enormemente facilitada pelos empoçamentos de água, surgidos com a alteração das margens dos igarapés, decorrentes da garimpagem predatória. Em outras comunidades, a malária só foi tratada clinicamente, sem se efetuar a interrupção local da transmissão, pelo curto período das visitas.

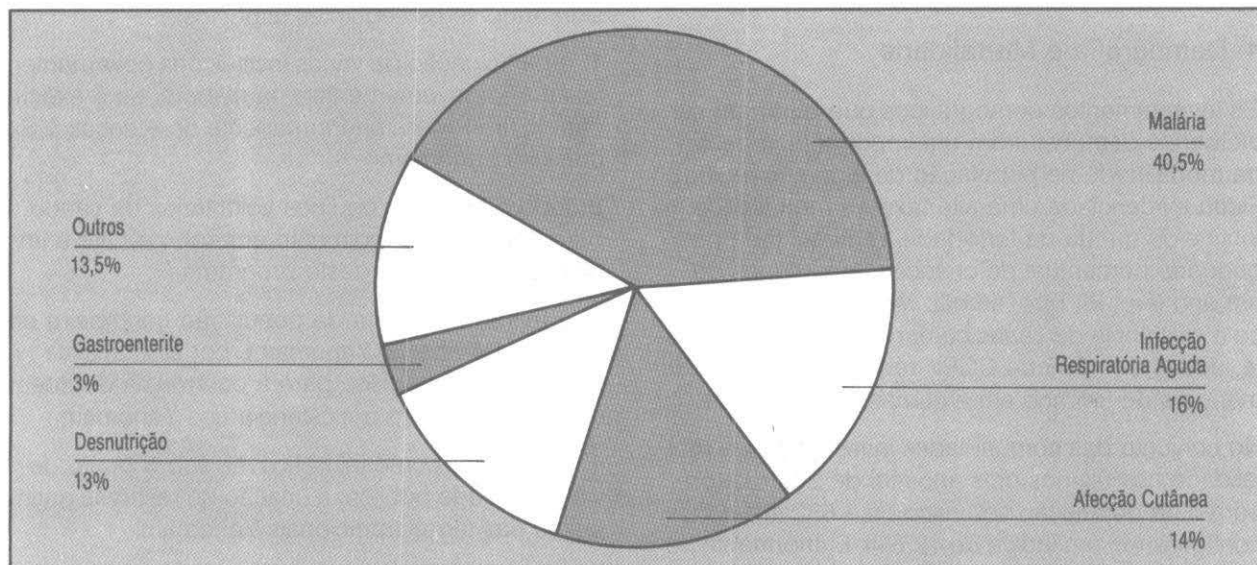
b) Desnutrição — foram observados diversos casos de desnutrição em todas as faixas etárias, e as formas graves foram responsáveis por 13% das internações na unidade de saúde de Surucucus. As causas evidentes da carência alimentar são: a degradação ambiental, a interrupção das atividades produtivas em função das sucessivas epidemias e a introdução de alimentos industrializados pelos garimpeiros.

c) Virose agudas — incluem as infecções respiratórias e as gastroenterites, que se constituem em importante causa de morbidade e mortalidade. As formas respiratórias chegam a atingir 70% dos componentes das comunidades, em face da baixa imunidade natural. As infecções gastroentéricas, também epidêmicas, se agravam devido às modificações de hábitos e alimentação, bem como à degradação das fontes hídricas e poluição microbiana do solo.

d) Outras afecções mórbidas — foi constatado um aumento das infecções de pele em função das modificações de hábitos e introdução de vestuário estranho à cultura. (Fig. 1)

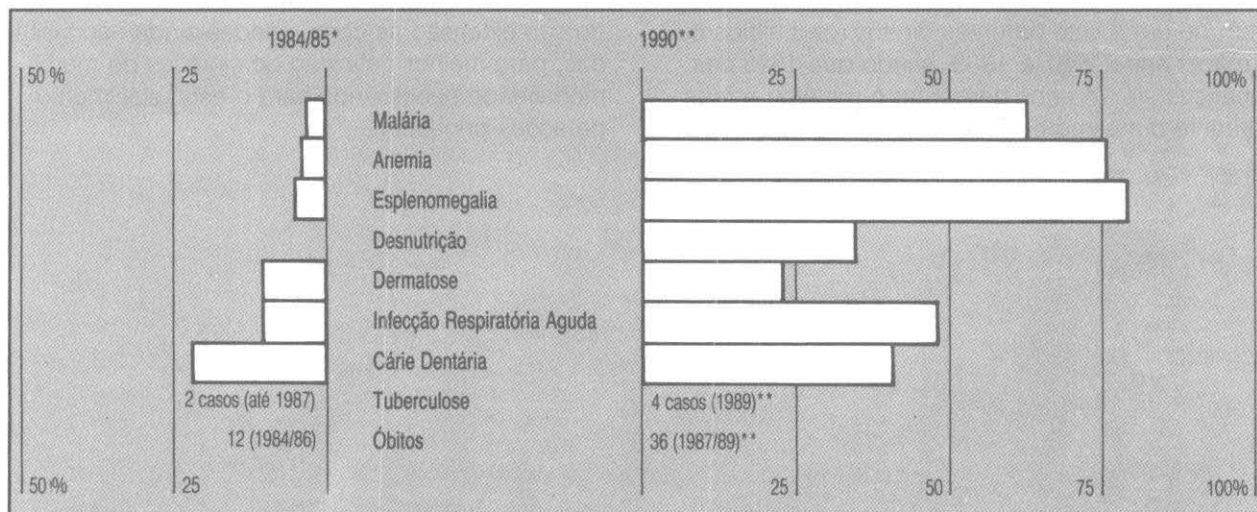
Comprovaram-se, também, casos de tuberculose e evidente deterioração dentária.

Distribuição Percentual dos Principais Agravos dos Yanomami Internados na Unidade de Saúde de Surucucú (05/01 a 15/02/90)



Morbidade na Região do Paapiú (4 Aldeias)

Antes e Depois da Invasão Garimpeira Iniciada a partir de Agosto de 1.987



* D. Levy-Bruhl (MDM/CCPY)

** Ação pela Cidadania (Peas / Yanomami)

É importante notar que o adoecer coletivo da população Yanomami afeta drasticamente as atividades de subsistência e a organização social, fatores que multiplicam o potencial de mortalidade.

4. Demografia e Mortalidade

Os levantamentos demográficos que puderam ser efetuados demonstraram um importante impacto da mortalidade na população de algumas regiões. Ficou evidenciada uma alta taxa de mortalidade infantil e/ou queda da fertilidade, representada pelo pequeno percentual de crianças com menos de um ano (Fig. 2), que, se não revertida, põe em risco a existência de várias comunidades. Em contraste, dados de 1985 da CCPY registram até 10% de menores de um ano em algumas comunidades.

No conjunto das comunidades investigadas, a mortalidade nos últimos dois anos foi de 243 mortos para uma população sob risco de 1.682 indivíduos, configurando um índice de 12,6%. É importante notar que esse impacto é maior nas regiões mais centrais, como Surucucus e Paapiú, com um índice estimado em 14,7% contra 4,4% nas áreas mais periféricas, como Ericó e Mucajáí. (Fig. 3)

No Paapiú, 43% das pessoas recenseadas perderam de um a sete parentes diretos (pais, filhos ou irmãos) entre 1987 e 1989, sendo que 13% das crianças até 14 anos perderam o pai e/ou a mãe durante o mesmo período.

5. Perspectivas

Ações imediatas para a restauração da saúde da população Yanomami devem ser desenvolvidas considerando-se os seguintes aspectos:

1. a participação de várias instituições governamentais e não-governamentais na elaboração e execução de um Programa Permanente de Atenção à Saúde dos Yanomami;
2. todo o apoio às equipes voluntárias de saúde para garantir o atendimento emergencial até a implantação definitiva deste programa;
3. a retirada imediata da população garimpeira do território tradicional Yanomami, por se constituir no principal fator de risco para a ocorrência de doenças que ameaçam a existência dos Yanomami;
4. considerar como injustificável, sob o ponto de vista da saúde pública, a criação de reservas garimpeiras nas terras tradicionais Yanomami;
5. a extensão da cobertura do Programa Permanente a todas as comunidades Yanomami do País, inclusive as do estado do Amazonas;
6. ampliar o levantamento, apenas iniciado, das condições sanitárias do povo Yanomami, buscando sua extensão às comunidades ainda não visitadas, para melhor definição dos índices de morbimortalidade necessários para o estabelecimento de ações prioritárias.

Pirâmides Populacionais de Comunidades da Serra de Surucucús (jan-fev/90)

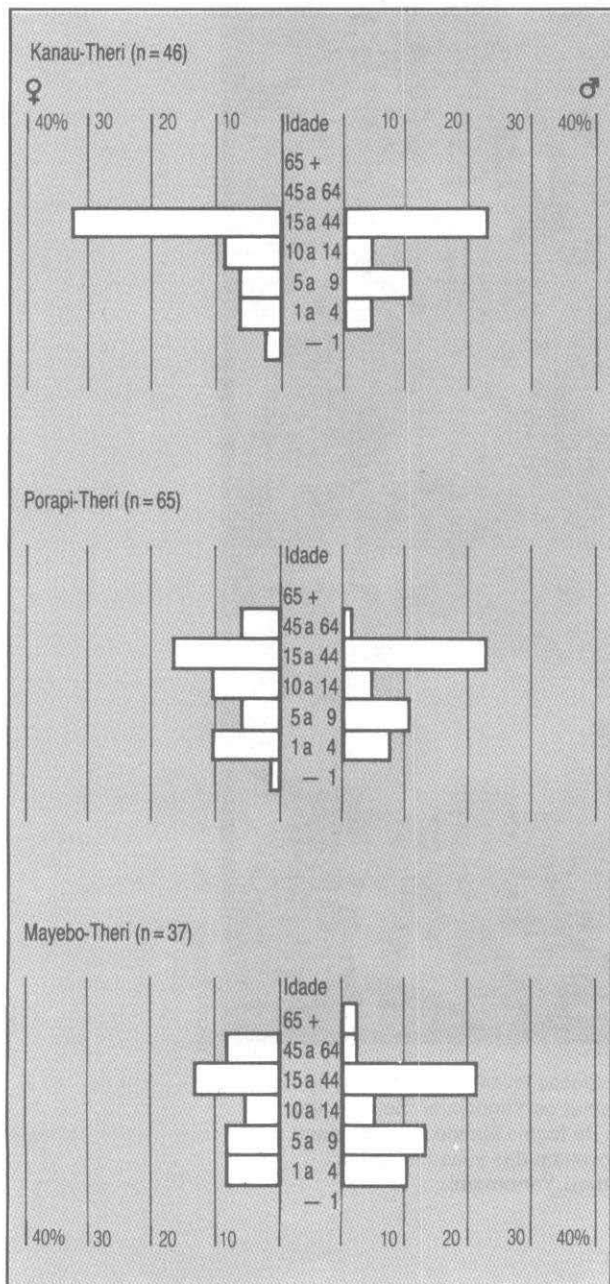
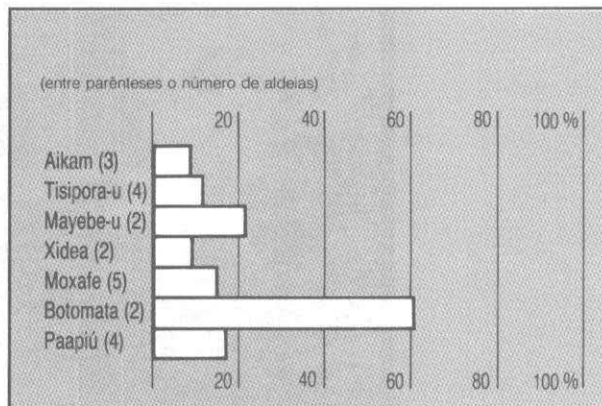
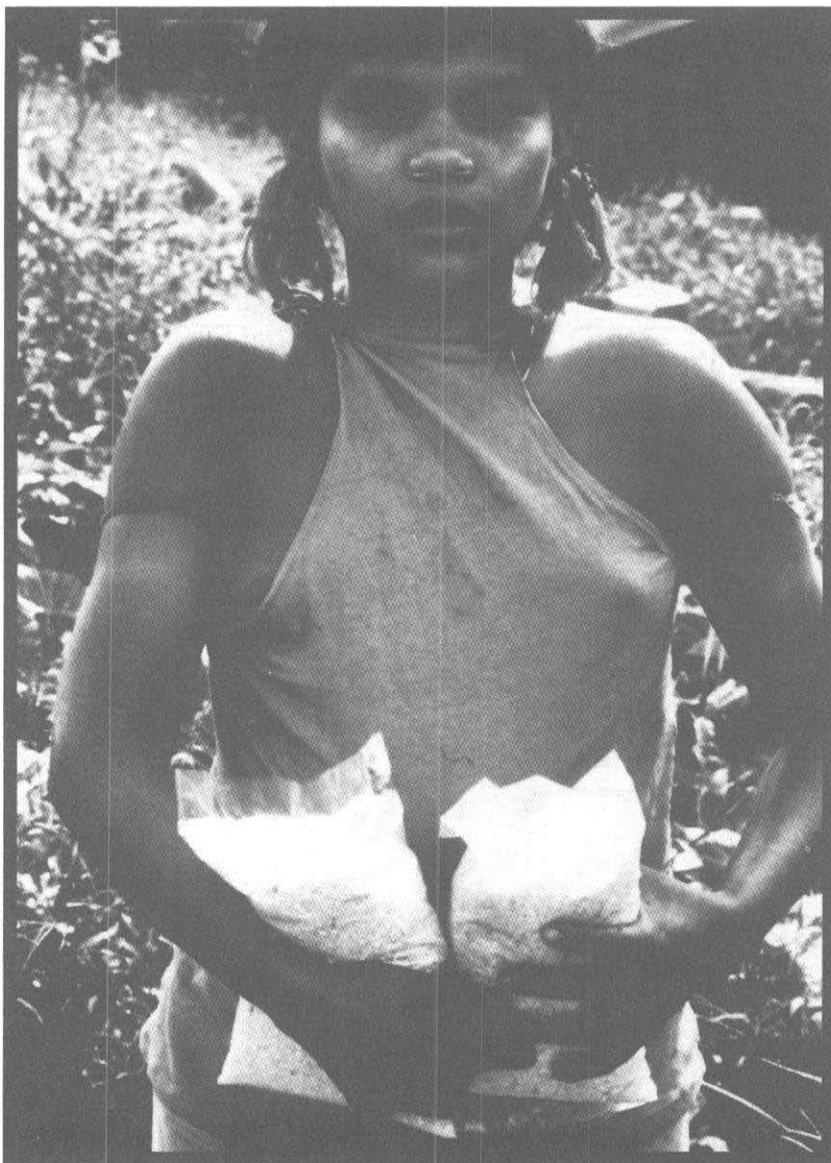


Figura 3

Mortalidade nas Sub-regiões de Surucucús (jul/87 a fev/90)





Baiano Formiga — Claudia Andujar — 1990

“Os garimpeiros chegam nas malocas levando cachaça. Aí quando eles estão bêbados vão chamar os Yanomami. Se eles não querem vir, são ameaçados com arma de fogo. Quando os Yanomami ficam bêbados, os garimpeiros aproveitam das suas mulheres”.

Ivanildo Wawanaweytheri Yanomami

Situação de genocídio

É trágica a situação vivida pelo povo Yanomami ao término do governo Sarney. Os atos e omissões do governo federal, associados à expansão da atividade garimpeira na área Yanomami, engendraram uma situação de genocídio.

Nesse período, caracterizado por uma fraca Presidência, os rumos da política indigenista foram decididos pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (depois, Saden), no contexto da execução do Projeto Calha Norte.

Através de portarias e decretos, o governo federal deixou de demarcar mais de 70% da área interdita pela Funai em 1985, e transformou o restante em um arquipélago de dezenove áreas indígenas descontínuas. Foram criadas "florestas nacionais" e "reservas de garimpagem" em parte dos cerca de sete milhões de hectares subtraídos do território indígena tradicional.

O governo federal transgrediu o artigo 231 da Constituição e todos os seus sete parágrafos. Não foi respeitada a definição constitucional de terras indígenas, e o governo não cumpriu o seu dever de demarcá-las e de protegê-las. Não foram considerados os critérios constitucionais exigidos para a autorização da exploração mineral nessas terras.

O governo federal desobedeceu, ainda, duas decisões liminares concedidas pela Justiça Federal em ações judiciais promovidas pelo Ministério Público Federal, que determinaram a interdição de toda a área Yanomami, a retirada dos garimpeiros e o fechamento das pistas de pouso clandestinas nela existentes. Sarney terminou seu mandato acusado por crime de responsabilidade pelo Ministério Público Federal.

A invasão do território Yanomami generalizou-se. Há presença do garimpo em várias áreas, do Rio Uraricoera ao Parque Nacional do Pico da Neblina.

A invasão foi publicamente apoiada pelos governos de Roraima, nomeados pelo governo federal, e se

utilizou de postos abandonados pela Funai, além da pista do Paapiú, construída pelo Projeto Calha Norte.

A “febre do ouro” provocou transformações profundas em Roraima, trazendo riqueza a alguns empresários do garimpo, do comércio e da aviação civil, e relegando à miséria a maioria da população, inclusive garimpeira. As condições sanitárias e de segurança pública estão deterioradas. Houve queda de produção na pecuária e nas principais culturas de subsistência, e um aumento vertiginoso do custo de vida.

A ilegalidade é uma constante em Roraima. A presença do garimpo no território Yanomami é inconstitucional, as pistas de pouso são clandestinas e as normas de aviação não são respeitadas. As relações de trabalho no garimpo não asseguram — sequer — o direito básico à vida. O ouro produzido é geralmente contrabandeado, não gerando divisas ou arrecadação tributária para o poder público.

A presença de milhares de invasores alterou profundamente a vida dos Yanomami. A garimpagem corroe inúmeros igarapés e poluiu os principais rios da região. A floresta foi devastada para ceder lugar aos garimpos e às mais de cem pistas de pouso abertas na mata, afugentando a caça e prejudicando as atividades de coleta. A introdução de alimentos industrializados desorganizou as roças tradicionais das comunidades mais afetadas, provocando a fome e criando relações de dependência. Houve casos de conflitos armados que resultaram em mortos e feridos.

As condições de saúde dos Yanomami são alarmantes. Além da desnutrição, os índios foram afetados por epidemias de malária e de outras enfermidades trazidas pelos invasores e desconhecidas pela medicina indígena tradicional. A Funai abandonou a área, após retirar os profissionais de saúde que nela atuavam mediante convênios. Centenas de índios doentes foram removidos pelos próprios garimpeiros para a cidade de Boa Vista. A Operação Emergencial de Saúde teve eficácia limitada e revelou a

ocorrência de centenas de óbitos, sobretudo entre a população infantil.

A tragédia Yanomami tem sido amplamente divulgada pelos órgãos de comunicação de massa do Brasil e do exterior. Todos sabem que o esbulho territorial, a doença e a inviabilização da sua economia ameaçam gravemente a sobrevivência física e cultural desse povo. As lideranças indígenas, a sociedade civil organizada e a opinião pública em geral têm reclamado soluções urgentes. O Ministério Público Federal e a Justiça Federal vêm cumprindo rigorosamente as suas responsabilidades constitucionais. Porém, é imprescindível a ação do governo federal, que dispõe do poder político para adotar as providências necessárias ao restabelecimento da lei, da justiça, da paz e das condições de sobrevivência para o povo Yanomami.

Recomendações

Tendo em vista uma solução para os problemas criados em relação à área Yanomami, a *Ação pela Cidadania* solicita ao novo governo federal a adoção, com urgência, das seguintes providências:

- a retirada dos garimpeiros de toda a área tradicionalmente ocupada pelo povo Yanomami e a rígida fiscalização da área e dos seus acessos por terra e por ar para impedir novas invasões;
- a elaboração e a execução de projetos para a recuperação ambiental das áreas Yanomami degradadas pelo garimpo e para a assistência permanente à saúde dos índios, com a participação das organizações civis interessadas e habilitadas;
- a interdição das pistas de pouso clandestinas existentes em toda a área tradicionalmente ocupada pelo povo Yanomami, e a definição das que serão utilizadas, com fiscalização permanente, na execução de projetos de apoio e assistência aos índios, procedendo-se à inutilização definitiva das demais;
- a revogação das portarias interministeriais n.ºs 160 e 250, dos decretos de n.ºs 97.512 a 97.530, dos decretos n.ºs 97.545 e 97.546 e dos decretos

nº 98.890, 98.959 e 98.960, que reduziram e fragmentaram a área Yanomami, criando florestas nacionais e reservas de garimpagem dentro dela;

— a demarcação contínua de toda a área tradicionalmente ocupada pelo povo Yanomami, em conformidade com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal;

A *Ação pela Cidadania* adverte, ainda, para a urgente necessidade de um redirecionamento das políticas de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia — e de Roraima, em particular —, de modo a assegurar a melhoria das condições de vida das populações envolvidas e o respeito à lei e ao meio ambiente. Propõe, ainda, que os direitos indígenas e a responsabilidade do Estado para com eles sejam elementos redefinidores da política indígena oficial, de modo a efetivar a demarcação das terras indígenas, na forma e no prazo constitucionalmente estabelecidos, e proteger os recursos naturais nelas existentes contra o assédio ilegal de terceiros.

A *Ação pela Cidadania* seguirá estimulando a organização da sociedade civil brasileira em torno de soluções para os problemas e as ameaças que atingem a Lei e a Cidadania.

Quanto aos Yanomami, continuará acompanhando os atos que os afetam, com o objetivo de deter e reverter o curso sinistro desse genocídio.

Testes revelam intoxicação dos Yanomami e grave poluição ambiental por mercúrio

Em novembro de 1989, pesquisadores japoneses, auxiliados pela CCPY e com conhecimento da Funai, colheram na Casa do Índio de Boa Vista, amostras de cabelos de dezoito Yanomami procedentes das comunidades do Ericó, Mucajá e Papiú, que foram analisadas na Faculdade de Medicina da Universidade de Kumamoto, no Japão. Treze indivíduos apresentaram níveis de mercúrio (fração metálica mais orgânica) no organismo, acima do valor considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde (2 ppm). O mais significativo, entretanto, foi a constatação de que **todos** os dezoito Yanomami avaliados revelaram percentuais de mercúrio orgânico em relação ao mercúrio total acima de 33,3%, valor considerado limite pela OMS. Isto significa alta reciclagem ambiental do metal com comprometimento de componentes da cadeia trófica (peixes, raízes etc) utilizados como alimentos pelos índios. Este é um importante indicador de poluição ambiental pelo mercúrio proveniente da atividade garimpeira, em um período de apenas dois anos e meio.



Chimarrão — Charles Vicent/CCPY/Cedi — 1990

“A água tá difícil. Eu não sei a água que ano vai retornar,
voltar a limpar. Isso vai demorar, porque a água não prestou mais
porque sujou a água, poluiu, e não teve mais peixe que nós pescava.
Pra onde foram os peixe? Os peixe morreram, enterrou de lama”.

João Davi Yanomami

O GOVERNO COLLOR E OS YANOMAMI

Resumo dos principais acontecimentos dos primeiros 90 dias do governo Collor relativos à situação dos índios Yanomami.

1. Nomeações

O novo governo federal realizou uma reforma administrativa que extinguiu o Ministério do Interior e vinculou a Funai ao Ministério da Justiça. A Saden também foi extinta, surgindo em seu lugar a Secretaria de Assuntos Estratégicos. O sr. Rubens Villar, um político alagoano, foi nomeado governador de Roraima, mas não se designou, até o momento, um novo presidente para a Funai, dirigida interinamente pelo coronel Alcântara, ligado aos integrantes da antiga Saden. A Superintendência da Funai em Boa Vista foi entregue ao sr. João Nicole, aliado político do ministro da Justiça e do deputado federal Ottomar Pinto, candidato ao governo de Roraima.

2. Situação Judicial

O juiz da 7ª Vara da Justiça Federal reafirmou a decisão liminar determinando a retirada dos garimpeiros e anulando os decretos ilegais que instituíram “reservas de garimpagem” na área Yanomami. O Tribunal Regional Federal derrubou liminares concedidas por juízes de Roraima em favor dos garimpeiros, respaldando as decisões da 7ª Vara da Justiça Federal. Nesse contexto, o Ministério Público Federal solicitou ao Ministério da Justiça a revogação dos decretos ilegais, estando essa solicitação nas mãos da Consultoria Geral da República, órgão de assessoramento direto do Presidente da República. O Poder Judiciário continua tomando as providências cabíveis junto ao novo governo que, até o momento, não se pronunciou a respeito.

No dia 9 de abril, em audiência concedida pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, à *Ação pela Cidadania*, o senador Severo Gomes entregou uma carta, acompanhada de documentos, na qual historia a situação dos Yanomami e solicita que o governo anule os decretos n.ºs 98.890 (25/01/90), 98.956 e 98.960 (de 15/02/90) e determine a retirada dos garimpeiros.

3. Reinvasão do território

A Polícia Federal interrompeu a operação de retirada dos garimpeiros, determinada pela Justiça Federal. Continua invadido o território indígena. Nele permanecem grandes contingentes de garimpeiros. Pelo menos oito mil pessoas, deslocadas pelos empresários do garimpo e pela Polícia Federal para as chamadas "reservas de garimpagem", criadas através de decretos ilegais no final do governo Sarney, reuniram-se aos que ali já se encontravam e que não haviam sido retirados. Outros contingentes menores, cerca de três mil, nem chegaram a sair das regiões do Paapiú e Surucucus, áreas atingidas pela operação de retirada. Outros mais retornaram àquelas regiões e estão se dedicando, agora, à extração de cassiterita, atividade favorecida pela queda dos preços do ouro no mercado. Houve, portanto, reinvasões de partes do território indígena já evacuadas anteriormente.

4. Explosão das pistas clandestinas

Logo após a sua posse, o presidente Fernando Collor esteve na região de Surucucus, acompanhado dos seus principais auxiliares. Determinou, então, que fossem dinamitadas as pistas de pouso clandestinas abertas pelos garimpeiros no território Yanomami. A Polícia Federal elaborou um plano para realizar as explosões. Das cerca de 110 pistas existentes na área Yanomami, em Roraima, apenas onze são oficiais, isto é, homologadas pela Aeronáutica, e servem para abastecer os postos indígenas da Funai, as bases missionárias e o destacamento militar de Surucucus. Calcula-se em torno de cem as clandestinas. O plano governamental apresenta uma lista de 73 pistas a serem destruídas e não esclarece o destino das demais. Não se sabe também se as pistas oficiais serão permanentemente vigiadas e se o cronograma das explosões considera as ações emergenciais de saúde.

A execução desse plano oficial prossegue lentamente, tendo sido destruídas, de 2 a 15 de maio, as primeiras treze pistas. A sua etapa inicial de execução

foi encerrada em conseqüência do início das chuvas, sem que tivesse sido atingida a meta inicial de trinta explosões. Nesse tempo, os garimpeiros apressaram-se na abertura de novas pistas e de vias terrestres alternativas que lhes assegurem o acesso às jazidas localizadas em áreas já evacuadas, a partir das "reservas de garimpagem" e de outras pistas não destruídas. Os líderes do garimpo, como o sr. Altino Machado, debocham publicamente do plano governamental através de declarações à imprensa de Boa Vista.

5. Situação de saúde

A situação de saúde dos índios continua gravíssima. As operações emergenciais de socorro prosseguem em condições mais precárias do que as do final do governo passado, faltando-lhes a infra-estrutura mínima necessária, sobretudo o apoio aéreo. Tem sido freqüente a utilização das aeronaves dos garimpeiros, que levam médicos ou medicamentos, e trazem cassiterita na volta. A epidemia de malária se alastra e provoca mais mortes nas aldeias indígenas, criando situações alarmantes, como na região da pista do Jeremias, onde há oitenta índios doentes. Há previsão técnica de que a epidemia se tornará avassaladora ao findar o período das chuvas, em conseqüência do empoçamento das áreas degradadas pelo garimpo. O novo ministro da Saúde, Alcení Guerra, tem reiterado a intenção de executar ações de saúde na área Yanomami, mas há indefinição no governo federal quanto ao órgão que deve promovê-las. A Secretaria Nacional do Meio Ambiente também não adotou providências em relação às áreas degradadas pelo garimpo, apesar da boa vontade manifestada pelo prof. José Lutzemberger.



Região Surucucús — José Paulo Lacerda / Agência Estado — 02.05.90

igaro
 - 13/1/90
 Guardian
 don - 11/1/90
 endner Zeitung
 ur - 3/5/90

Brésil

La guerre de l'or

Le gouvernement s'oppose à la présence des « garimpeiros » sur le territoire des Indiens yanomami menacés de disparition.

... de la semaine, Boa Vista, à l'extrême nord du... Fortement armés, les policiers... la ville, la population, égale... d'écouler avec les... d'or

Roraima, soit près de 10 millions d'hectares de forêt équatoriale. Afin de préserver leur activité hautement lucrative, les chercheurs d'or se sont engagés à verser leur obole en faveur de la construction d'une

Prospectors win battle for Indian land

n Rocha in Sao Paulo

THE Brazilian Government has given in to gold prospectors and is allowing them to stay on Indian land where their activities have been banned.

police. Those suspected of crimes will be tried, he said.

One of his spokesmen, Mr Vinicius Becker, said by telephone from Brasilia, "this is the peaceful solution to the problem. There will be no

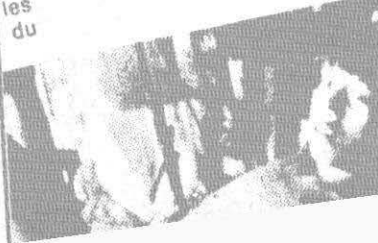


gouvernement... ntly contract... order which... started a pol... ve the pros... Bishop of... iocese cov... azon region... decision... ide of the...) continue... criticised... ressmen... nal Ind... d by the... usilia who... order... ar, Stin... Forest P



desobèd aux... tice d'expulsion des « garimpeiros ».
 Depuis jeudi, Boa Vista s'est transformée en véritable camp retranché.

Irène JARRY.



CARTA DE DAVI KOPENAWA YANOMAMI

A TODOS OS POVOS DA TERRA

Liderança da aldeia do Demini, em Roraima, Davi entregou cópia desta carta ao presidente Sarney, em Boa Vista, no dia 1º de setembro de 1989. Testemunha do drama vivido pelo seu povo desde 1987, com a grande invasão garimpeira, Davi ameaça devolver o prêmio Global-500, que recebeu em 1988 do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, se o governo dos brancos não tomar providências urgentes para evitar o genocídio.

O governo não está nos respeitando. Ele pensa em nós como animais.

Nós temos o direito de reclamar. Pessoal de fora ajuda a gente, mas se a gente não faz nada, eles não podem ajudar. Se a gente manda para lá uma carta, eles vão pressionar o nosso governo, mexer alguma coisa.

Eu estou pensando muitas coisas. Eu sou Yanomami. Nós Yanomami pensamos que o homem branco era bom para nós. Agora eu estou vendo que é a última invasão da terra indígena, as outras já estão todas invadidas. Chegaram para tomar a nossa terra. Estão tomando. Outro pessoal de fora está ensinando ao brasileiro a destruir o nosso lugar.

A mesma coisa aconteceu lá fora com outros irmãos índios, na América; agora acontece aqui na nossa terra. O governo não deveria fazer isso. Ele sabe que nós somos os brasileiros mais antigos, que nascemos aqui, que nos chamamos Yanomami. O nosso nome é conhecido no mundo. Não sabemos de dinheiro, sapato, roupa, poucos Yanomami entendem o que está acontecendo. O governo nos pegou de surpresa. Eu estou começando a entender.

O governo não conhece o nosso costume, o nosso pensamento. Nós também não conhecemos os costumes e o pensamento do governo. Eles só conhecem negócio de dinheiro. O nosso pensamento é a terra. Nosso interesse é preservar a terra, para não criar doença para o povo do Brasil, não só dos índios. Garimpeiro, posseiro, não têm terra, por isso eles invadem a terra dos índios. Se eles tivessem a sua terra, eles não invadiriam a nossa área.

Eu também vejo o branco sofrer na cidade, fome, tudo caro, falta de casa, comida, todos estão sofrendo. Eles estão preocupados, mas não têm coragem para pressionar o nosso chefe presidente. Ele também está enganando o povo dele, porque Sarney é também mandado por outros países para destruir a nossa terra, fazer estradas, tirar minério.

O governo é também mandado por outro homem rico; quando ele pede dinheiro de fora, ele dá o dinheiro para maltratar a nossa terra.

Os rios, os peixes, as matas estão pedindo socorro, mas o governo não está sabendo escutar. Ele diz que nós vamos morrer de fome se fechar o garimpo. Se eles não pararem de garimpar, nós vamos sim morrer de fome. Mas se parar o garimpo, nós plantamos macaxeira, banana, cará, taioba, mamão, cana, pupunha, e ninguém morre de fome. Nós Yanomami queremos nossa terra própria. Não queremos acabar com nossos costumes. Até hoje não perdemos nossa língua e a terra, por isso esta luta. Este governo é nosso chefe, mas não está fazendo bem para o povo brasileiro viver em paz.

Nós estamos unidos, todos os índios do Brasil; não queremos brigar com outros parentes. Já estão começando a nos enganar, como aconteceu com os Makuxi e outros índios. Começam a dizer que padre não é bom, que não dá presentes, que Davi não é bom. Colocam irmão contra irmão para nos enfraquecer. Os outros chefes Yanomami, que nunca vieram aqui, que nunca tiveram contato com os brancos, não sabem o que está acontecendo aqui. Eu sei, eles estão querendo me usar porque eu sou mais conhecido, mas eu não deixo não.

Aí eles estão usando os mais fracos primeiro, outros tuxauas que não falam português. Eles acham que os garimpeiros são amigos e vão ser sempre amigos. O garimpeiro então dá comida, dá roupa; mas passa o tempo e os brancos começam a dizer que índio não serve para nada, não trabalha, só pede e vão nos chamar de *urubutheri*, aqueles que não caçam mais, não pescam mais, vivem de restos, do resto que sobrou no prato dos brancos. Não sabem mais trabalhar, mais pescar, só pedem. Esquecem de pegar fruta no mato, esquecem os costumes, esquecem a língua.

Eu não quero perder isso, na minha comunidade não quero deixar garimpeiro entrar. Eu quero que continue como antes. Eu fico muito preocupado com nossos filhos. Eles vão sofrer mais que agora.

Eu sempre lembro os netos, eles vão sofrer mais que nós, se a gente não lutar para defender, para salvar a vida do povo.

O governo diz que a terra não é nossa. A gente pode pescar, fazer roçado, caçar longe, usar lago, rio. Ele diz que estamos usando terreno do governo; mas a terra é nossa, a gente sabe há muitos anos. O governo não é bom. A gente briga, briga, mas ele não dá. Por isso está custando a demarcação, por isso ele não quer demarcar a terra Yanomami. Dentro da terra Yanomami tem muitas coisas que eles querem usar: tem minério, tem ouro, tem cassiterita, tem madeira, dá para plantar.

E ele só fala para a gente escondido, no escritório dele, não chama a gente para decidir, para saber se índio concorda. Mas eu não estou à toa nessa luta, não; eu estou para defender o meu povo Yanomami. E não só o meu povo, mas os Wapixana, Ingarikó, Makuxi e outros parentes. Nós estamos tentando ajudar, podemos dar apoio àqueles que não sabem se defender, explicar o que está acontecendo àqueles que não entendem.

Nós Yanomami estamos morrendo por causa de doenças, malária, gripe, desintéria, doenças venéreas, sarampo, catapora e outras doenças que índio não conhecia, trazidas pelos garimpeiros que vêm de fora. Essas doenças de índio pajé pode curar, mas de branco a gente não pode curar.

Eu sempre peço à Funai, mas a Funai não toma providências. Pedi também ao presidente José Sarney a retirada dos garimpeiros da terra Yanomami. O presidente prometeu a retirada dos garimpeiros imediatamente, mas nada fez, só deixa invadir mais. Nós Yanomami achamos que ele não gosta de ajudar os povos indígenas do Brasil. Eu sei que ele é contra nós. Ele não quer demarcar a nossa terra.

Eu recebi muitas notícias de parentes que moram na cabeceira do rio Catrimani, do rio Mucajaí e do rio Parimiu, na fronteira com a Venezuela. Os parentes me falaram que tem quatro malocas vazias: morreram todos, crianças, adultos e rapazes.

Nas malocas *Xideatheri*, *Ahuahipiktheri* e *Pahaiatheri*, morreram todos e outros continuam a morrer por falta de assistência. A Funai sabe que está morrendo muito Yanomami, mas não está fazendo nada. Poucas pessoas da Funai querem trabalhar, mas não têm apoio. Em outras comunidades no rio Mucajaí meus parentes estão prejudicados pelos garimpeiros; acostumaram eles a tomar cachaça misturada ao caxiri, agora estão adoentados e não sabem mais o que fazer. E também muita doença venérea e malária.

No rio Catrimani e na serra do Rio Lobo de Almada, os garimpeiros estão fazendo as suas casas. Construíram pistas, fizeram roças e depois querem fazer uma vila. Isto vai ser muito perigoso para os Yanomami. Eu sei que se eles fizerem uma vila lá não vai dar certo, porque os Yanomami vão começar a pegar doenças.

Os parentes *Opiktheri* estão sendo enganados pelo Zeca Diabo, um empresário de garimpo. Estão tentando arrumar conflito entre os índios. Zeca Diabo é que vai ajudar, dar comida, dar roupa, ensinar a trabalhar, fazer um roçado, plantar e colher arroz, para os Yanomami acostumarem depois a trabalhar por eles mesmos.

Mas eu acho que não é bom que os brancos ensinam os índios a trabalhar. Nós Yanomami sabemos trabalhar, há muitos e muitos anos; sabemos plantar, limpar, brocar. Yanomami não morre de fome, só morre de doença; eles têm tudo para sobreviver onde não tem garimpeiro. Meus parentes não estão pedindo comida dos brancos; só pedem quando entra o garimpo que acaba tudo. Já temos criação de animais, anta, caititu, mutum, queixada, plantamos banana, temos tudo em nossa floresta.

Não precisa nos ensinar a trabalhar para pegar os costumes do branco. O costume do branco é muito complicado para nós Yanomami. O nosso costume é melhor que o dos brancos, pois nós preservamos os rios, igarapés, lagos, montanhas, a caça, os peixes, as frutas, açaí, bacaba, castanha, cacau, ingá, buriti, o que já tem, o que *Omamë* criou. Eu,

Davi Kopenawa Yanomami, quero preservar isso tudo. O branco não tem respeito pela natureza, ele não sabe o que é bom, ele tem que aprender conosco.

O governo retalhou a nossa terra, dividiu em pequenos pedaços. A Floresta Nacional é nossa terra também, e as ilhas não servem para nada, só para enganar os índios, para deixar eles presos como porcos no chiqueiro. Nós Yanomami queremos uma área única e contínua, para nosso povo, para poder viver em paz, sem briga com o governo, com os militares, com os garimpeiros, com ninguém; não queremos invadir a terra dos outros. Yanomami respeita a terra dos brancos.

Na serra do Surucucu mataram mais outros Yanomami nesse mês de agosto. A Funai não tomou providências. A polícia nunca prende esses criminosos. Nós Yanomami não estamos gostando, nós estamos revoltados com a Funai e o governo, porque o governo não quer resolver o nosso problema, o problema da terra Yanomami.

Na nossa terra temos muitas serras: *Koimak* é o Pico da Neblina, *Hakomak* é o Peito da Moça, *Watorik* é o Pico Rondon, *Kuumak* é a serra do Taraqua, *Yapihukak* é a serra do Lobo de Almada, *Arahaiky* é a serra do Catrimani e tem muitas outras serras. Dentro das serras moram os *Xapori*, *Hekura*, os espíritos da natureza. Entre as serras tem os caminhos dos *Xapori*, ninguém vê, só o pajé conhece essas ligações. As serras são lugares sagrados, lugares onde nasceram os primeiros Yanomami, onde as suas cinzas foram enterradas. Os nossos velhos deixaram seus espíritos nesses lugares. Nós Yanomami queremos que as serras sejam respeitadas, não queremos que sejam destruídas. Queremos que estes lugares sejam preservados para não acabar com nossa história e com nossos espíritos. Nós chamamos os *Hekura* para curar nossos doentes. Há muitos anos usamos eles, eles não acabam. *Omamë* deixou esses espíritos para defender o povo Yanomami. *Omamë* é muito importante para os índios Yanomami, os Makuxi, os Wapixana, e todos os brancos, todos os negros: ele deu ori-

gem a todos, ao mundo inteiro. Por isso é muito importante preservar as serras onde o espírito dele mora. Gostaria que os brancos entendessem essa história antiga, que a respeitassem.

Nós Yanomami queremos os brancos ao lado dos índios para não deixar invadir nossa terra. Nós queremos que os brancos ajudem a defender, para não prejudicar nossas vidas. Eu Davi Kopenawa Yanomami quero ajudar os brancos a aprenderem conosco para fazer um mundo melhor.

Boa Vista, 31 de agosto de 1989

Davi Kopenawa Yanomami

Le Courier
Geneve — 3/5/90

Diário de Notícias
Lisboa — 13/1/90

Luzerner Tagblatt
Luzern — 6/1/90

The Guardian
London — 12/3/90

Le DoClip (Cen-
tion, de recherche
populations indigè-
sociations de sou-
mardi devant la r-
lienne en faveur de
du Brésil, mena-
l'arrivée de chere-
destinée au pi-
M. Fernando Co-
remise à la repré-

Les 19 ONG

Procurador da República anula acordo celebrado com Garimpeiros ficam em

O acordo concluído, esta semana, entre o Governo brasileiro e os garimpeiros (pesquisadores de ouro), obrigando-os a abandonar território dos índios Yanomani, na região de Roraima, no extremo norte do Brasil, que ocupavam ilegalmente, foi considerado nulo pelo procurador da República.

O TEXTO DO ACORDO previa a criação de três «reservas de lavagem de pepitas», devendo ser feitas em florestas



Yanomami Génocide dénoncé

de documenta-
information des
et diverses as-
ont manifesté
ésentation brési-
diens yanomami
d'extinction par
s d'or. Une lettre
ent du Brésil,
de Mello, a été
tation brésilienne.

Principale responsable de la situa-
tion selon les ONG: l'armée qui, avec
son programme «Calha Norte» (fron-
tière nord) mis sur pied en 1985, a ins-
tallé des postes militaires pour le
contrôle des frontières et a permis aux
«garimpeiros» de s'installer. Pour l'ar-
mée, les Yanomami ne sont pas Brési-
liens puisqu'ils n'ont pas de carte
d'identité. «Pour protéger les frontiè-
res, on remplace un peuple par un
autre, alors que les Yanomami seraient
les plus habilités

l'armée et les intérêts économiques en
jeu. Dans leur lettre, elles demandent
instamment que l'évacuation des «ga-
rimpeiros», pourtant prévue pour oc-
tobre 1989, soit
que les trois con-
chercheurs d'or
territoire yanomami.
Les signataires
vrai plan sanitai-
l'armée ayant
vant - et que
estines
mettre
olution
les «
ce. Le
ussi
de l'
prod
ter
«g
obl
nt
it

Governo brasileiro território índio

100 mil espécies de plantas,
sendo apenas uma pequenissi-
ma parte conhecida.

De facto, cerca de 35 mil qui-
lómetros quadrados de floresta
estão a desaparecer por ano o
que representa uma área equi-
valente a um campo de futebol

Igualmente
este desastre
cantor pop br
se encontra
Presidente J
terceder em
da floresta.

O cantor
que pedira
Brasil para
lação da
destruição



Grossaktion g Die brasilianische Regierung will die Yanomani-Indianer schützen

RIO DE JANEIRO - Die bra-
silianische Regierung will mit
einer grossangelegten Aktion
40 000 illegale Goldsucher aus
dem Gebiet der Yanomani-
Indianer vertreiben, um die Dezi-
mierung oder Ausrottung dieses
weltweit grössten Stammes pri-
mitiver Ureinwohner durch ein-
geschleppte Seuchen und
Krankheiten zu verhindern.
AP. Ein Sprecher der Indianerbe-
hörde, Oberst Airton Gomes, teilte
mit, die Goldsucher würden not-

■ Ausbruch
RIO DE JANEIRO - AP. I
Untersuchungsgefängene,
der Ermordung des brasilian
schen Umweltschützers
Gewerkschafters Francis
«Chico» Mendes verdäch
werden, sind nach Angaben
Polizei am Mittwoch aus
Haft ausgebrochen. Sie wur
schon eine Stunde später w
der eingefangen.
Der Viehzüchter Darli Alv

Amazon indians mourn gold rush

Jan Rocha in Brasilia

DOCTORS who took part
in the emergency health
programme among Yanomami
indians in Brazil's
northern Amazon are describ-
ing the effects of the gold rush
there as catastrophic.

president, Fernando Collor.
One doctor said: "I had the sen-
sation of entering a war zone."
Another said: "We were there
just to sign death certificates."
Dr Ulisses Confalonieri said
the doctors had reached less
than 25 per cent of a total 9,000
indians. They found areas free
of malaria before the 1987 inva-
sion were now 90 per cent af-

ne beiden Sc
und Oloci A
Polizeiberic
berwältigt ur
die Mauer d
n Rio Branc

Vista, sollen
nnen für Fl
rden und so
Nachschub ab
Nur für behö
ben vier Lan
Kleinflugzeu
dgräber mit I
fen, Alkoh
nes. «Wir w



Catrimani — Claudia Andujar — 1972

“A nossa vida quando não tinha garimpeiro, quando não tinha branco, nossa vida era tranquila, muito tranquila, sem preocupação e sem a doença. A nossa vida era só de trabalhar, caçar e pescar e matar peixe com *timbó* e comer e dormir”.

João Davi Yanomami



“Eles vão tirar todo mundo ou eles vão deixar alguns garimpeiros pra ficar na área? Então quero pra retirar todo mundo. Não deixar voltar de novo, que isso ai que não quero, que os garimpeiro volte de novo pra cá. Então vai embora, o garimpeiro vai embora de uma vez, e não volta mais pra cá”.

Tuxaua Brito Yanomami

“Se vocês matarem todo o povo Yanomami, acho que as coisas não vão ficar muito boas, vocês vão pagar caro, porque a vida do Yanomami vale mais que ouro.”

Davi Kopenawa Yanomami

no Senado Federal em 9 de março de 1990
na reunião da *Ação pela Cidadania*

“Eu estou triste com vocês, eu estou chateado com vocês. Será que vocês vão acabar com os Yanomami?”

Será que o Governo, o chefe de vocês só pensa em acabar com os índios aqui no Brasil. Eu perguntei a cada Ministro daqui do Brasil, o que eles pensam, pedi para eles mudarem suas idéias. Seria muito bom para os índios, para mim, seria muito bom para todos nós aqui do Brasil.”

Raoni Kayapo

no Senado Federal em 9 de março de 1990
na reunião da *Ação pela Cidadania*

